

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PENSAMENTO
POLÍTICO BRASILEIRO**

**DEMOCRACIA E CAPITALISMO NA ERA DO
MERCADO INTERNACIONAL**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

PAULO VINÍCIUS NASCIMENTO COELHO

**Santa Maria, RS, Brasil
2009**

CAPITALISMO E DEMOCRACIA NA ERA DO MERCADO INTERNACIONAL

por

Paulo Vinícius Nascimento Coelho

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Pensamento Político Brasileiro do Programa de Pós-Graduação da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito
parcial para a obtenção do grau de
Especialista em Pensamento Político Brasileiro

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Teixeira Perez

Santa Maria, RS, Brasil
2009

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Pensamento Político
Brasileiro**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**CAPITALISMO E DEMOCRACIA NA ERA DO MERCADO
INTERNACIONAL**

elaborada por
Paulo Vinícius Nascimento Coelho

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Pensamento Político Brasileiro

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Reginaldo Teixeira Perez (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Prof. Dr. João Vicente Ribeiro Barroso da Costa Lima (UFSM)

Prof. Dr. João Rodolpho Amaral Flores (UFSM)

Santa Maria, 20 de março de 2009.

RESUMO

Monografia de Especialização
Programa de Pós-Graduação em Pensamento Político Brasileiro
Universidade Federal de Santa Maria

CAPITALISMO E DEMOCRACIA NA ERA DO MERCADO INTERNACIONAL

AUTOR: PAULO VINÍCIUS NASCIMENTO COELHO
ORIENTADOR: Prof. Dr. REGINALDO TEIXEIRA PEREZ
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 20 de março de 2009.

Este trabalho apresenta uma análise sobre a realidade do modelo de democracia liberal, espalhado hoje pelo globo, em sua interação com o modo de produção hegemônico e suas conseqüências para o Estado e sociedade civil. A relação entre mercado capitalista globalizado e a política tradicional produz na contemporaneidade um novo cenário político e cultural que modifica o comportamento das comunidades humanas. O capitalismo difundido pelo planeta, acompanhado pelos valores políticos ocidentais (com ênfase para a democracia liberal), promove a reação e transformação de sociedades envolvidas, hoje de forma quase irremediável, pelo mercado capitalista internacionalizado. O mercado internacional espalha-se pelo globo e a economia financeira escapa ao controle da política tradicional, a velocidade das trocas financeiras e a circulação de mercadorias são aceleradas por intermédio da propagação de novas tecnologias de informação e transporte. A circulação de informação espalha valores morais, políticos e estéticos pelo planeta, gerando o choque entre culturas, dissolvendo a tradição e assim possibilitando o desenvolvimento de uma maior “reflexividade social”. A instabilidade de regimes democráticos é agravada com o aumento das demandas sociais provenientes de um maior esclarecimento político da população e da mobilização de novos movimentos sociais. O Estado sofre grandes dificuldades para administrar o novo contexto social e, enfraquecido pelas forças do mercado em seu poder de intervenção econômica, perde capacidade de ação e conseqüentemente a credibilidade da população. Fortalecido pela expansão do mercado, o capitalismo alcança o “segundo mundo” forçando direta ou indiretamente a transformação dos Estados autodenominados socialistas. O modo de produção capitalista propagado através do processo de globalização e internacionalização do mercado gera exclusão ao mesmo tempo em que difunde a democracia liberal. A liberdade acentuada do mercado, pregada pelo novo liberalismo, abre espaço para a especulação financeira sem

compromissos para com os interesses da democracia, o que faz da crise econômica uma possibilidade constante ameaçando países economicamente interdependentes. Para a efetiva realização da democracia, realização da justiça equitativa e preservação dos direitos dos indivíduos, espera-se por parte do Estado a promoção ou facilitação de um espaço propício para o exercício da cidadania, para a qual movimentos culturais podem em muito contribuir.

PALAVRAS-CHAVE: democracia, capitalismo, liberalismo, globalização.

ABSTRACT

Specialization Monograph
Post-Graduate Program in Political Thought Brasileiro
Universidade Federal de Santa Maria

**CAPITALISM AND DEMOCRACY IN THE AGE OF MARKETING
INTERNATIONAL**

AUTHOR: PAULO VINICIUS NASCIMENTO COELHO
ADVISER: Prof. Dr. REGINALDO TEIXEIRA PEREZ
Date and Location of Defense: Santa Maria, March 20, 2009

This work presents an analysis of the reality of the liberal democracy model, scattered today in the globe, in its interaction with the hegemonic mode of production and the consequences for the State and civil society. The relationship between capitalist market globalised and traditional policy produces in contemporaneity a new political and cultural scenario which modifies the behavior of human communities. Capitalism broadcasted around the planet, accompanied by western politicians values (with the emphasis to liberal democracy), promotes the reaction and transformation of involved societies, today almost on a irremediable way, by capitalist internationalized market. The international market spreads around the globe and the financial economy is out of the traditional policy control, the speed of the financial trades and the movement of goods are accelerated through the spread of new information technologies and transport. The movement of information spreads ethical, political and aesthetic values by the planet, generating the clash between cultures, dissolving the tradition and thus allowing the development of greater "social reflectiveness". The instability of democratic regimes is aggravated with the increase in the social demands from a greater political clarification of the population and the mobilisation of new social movements. The State suffers big difficulties to administrate the new social context and, weakened by market forces in its power of economical intervention, loses capacity for action and consequently the credibility of the population. Strengthened by the expansion of the market, capitalism reaches the "second world" forcing directly or indirectly the transformation of States self-mentioned socialists. The capitalist way of production spreaded through the process of globalisation and internationalisation of the market generates exclusion at the same time that spreads liberal democracy. The pronounced freedom of the market, preached by the new liberalism, opens a way for the financial speculation without commitments to the interests of democracy, which makes the economical crisis

a constant possibility threatening countries economically interdependent. In the context of the current crisis of capitalism, market agents appeal to the State, momentarily, searching for restoring of the financial equilibrium. The rescue of Keynesianism appears as a possibility. For the effective realization of democracy, achievement of equitable justice and preservation of rights of individuals, it is expected on the part of the State to promote or facilitate an area propitious for the exercise of citizenship, for which cultural movements may contribute a lot.

KEY WORDS: democracy, capitalism, liberalism, globalization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
1. DEMOCRACIA E LIBERALISMO.....	08
2. DERROCADA DO TOTALITARISMO: O CAPITALISMO CHEGA AO “SEGUNDO MUNDO”.....	16
2.1. O fim do comunismo na URSS e no leste Europeu.....	16
2.2. A abertura econômica da China.....	20
3. CAPITALISMO GLOBALIZADO E O “MERCADO DA POLÍTICA”	23
4. SISTEMA REPRESENTATIVO E DEMOCRACIA LIBERAL, NO BRASIL.....	27
4.1 A opção não-institucional no Brasil.....	33
5. CAPITALISMO INTERNACIONAL E GLOBALIZAÇÃO CULTURAL.....	36
6. O MERCADO INTERNACIONAL E A CRISE DO ESTADO-NAÇÃO.....	39
7. O DESEQUILÍBRIO DO MUNDO CAPITALISTA E A BUSCA DE ALTERNATIVAS.....	42
8. A CRISE DO CONTRATO SOCIAL MODERNO.....	46
9. DESTRADICIONALIZAÇÃO E REFLEXIVIDADE SOCIAL.....	50
10. O ESTADO E A PROMOÇÃO DE CIDADANIA NA ERA DO MERCADO INTERNACIONAL.....	56
11. A NECESSIDADE DE UMA NOVA ÉTICA PARA O MUNDO GLOBALIZADO.....	61
12. A EMERGÊNCIA DO DIÁLOGO.....	63
13. A CRISE DO CAPITALISMO FINANCEIRO.....	67
CONCLUSÃO.....	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	71

INTRODUÇÃO

Analisar as conseqüências provenientes da relação entre o modo capitalista de produção e o modelo democrático de gestão política, no contexto da globalização, é o objetivo geral desse trabalho. O capitalismo combinado a democracia (predominantemente aos moldes do liberalismo), na era da internacionalização do mercado, demonstra-se como força instigadora de transformações nas sociedades humanas por todo o globo. Muitas das conseqüências originadas por essa instável combinação traduzem-se em graves problemas para a administração Estatal e o equilíbrio das sociedades que, de forma espontânea ou não, a esse projeto aderem. Tais fenômenos, serão nesse trabalho analisados, bem como as alternativas propostas para a superação de alguns desses problemas.

O modo de produção capitalista é hoje hegemônico. Ultrapassando as fronteiras do ocidente espalhou-se pelo planeta, caindo sobre culturas estranhas ao seu berço europeu, disseminou-se, carregando fragmentos comuns da cultura ocidental.

Regendo a forma como sociedades humanas exploram os recursos que a natureza oferece, criando uma nova divisão social do trabalho, transformando matéria e idéias em mercadorias... O capitalismo influencia a maneira como coletividades humanas devem politicamente se comportar, incitando intencionalidades nas relações inter-humanas e entre comunidades organizadas.

Sobrevivendo por décadas de revoluções políticas, agitações sociais, crises culturais e econômicas (processos que são muitas vezes suas conseqüências diretas), o capitalismo superou em longevidade outras opções, entre elas sua maior "rival": a proposta socialista de economia planificada, planejada e controlada por um forte Estado ditatorial, cujo baluarte foi à extinta União Soviética.

A queda do socialismo na ex-URSS e a abertura do mercado chinês ao capitalismo internacional, aumentou a sensação de impossibilidade de superação do capitalismo.

O imperialismo das nações capitalistas centrais desencadeou uma série de transformações nas sociedades humanas espalhadas pelo globo, sejam elas capitalistas ou não. Muitas nações sucumbiram ao peso do mercado global, na necessidade de garantir a sobrevivência através do comércio, ou subjugaram-se as exigências da nova ordem econômica internacional, rendendo-se a imposição (pela força) dos interesses estratégicos das potências bélicas do primeiro mundo.

Movimentos no mercado, hoje, mais do que em qualquer outra época da história, direcionam modificações nas demais áreas da vida humana e o Estado mingua diante da força do capitalismo internacional, de cunho neoliberal, que, em detrimento da política institucional, exige a autonomia da iniciativa privada. Diminuição e distanciamento do Estado com relação à economia é a ordem no mercado globalizado.

O afastamento do Estado das questões de ordem econômica, que afetam diretamente a vida das pessoas, promove o descrédito na real importância das instituições políticas tradicionais, vistas, cada vez mais, como incapazes para atender as demandas sempre maiores da sociedade, dado que uma maior *reflexividade social* surge em meio as condições geradas pelo processo de *destraditionalização*.

A intensificação de um processo histórico de globalização no qual a nova ideologia liberal ou neoliberalismo, aplicada enfaticamente ao campo econômico, se destaca, coordenando o movimento de um mercado voraz (para o qual até mesmo a arte e a ciência podem ser transformadas em produtos lucrativos), acarreta profundas mudanças nas formas tradicionais de pensamento e ação política, no mundo dos valores, no mundo do trabalho e produção de mercadorias, até mesmo na forma de percepção humana sobre o tempo-espaço (compressão do tempo-espaço), alterados pela torrente de informações em movimento acelerado, disseminadas pelos novos meios de comunicação (tv, Internet, telefonia celular, transmissão de dados via satélite...) e meios mais eficientes de transportes de massa que possibilitaram a interligação de regiões antes isoladas pela distância.

As novas tecnologias, que trazem a possibilidade de maior integração das sociedades humanas, são utilizadas para gerar mais lucro, potencializando o

capitalismo e aumentando a desigualdade na medida em que são usufruídas, positivamente, apenas por poucos favorecidos pelo sistema.

Por outro lado, aos mais otimistas, esse novo cenário global se apresenta como o mais propício palco para a efetivação dos ideais democráticos combinados com as clássicas aspirações liberais. Para alguns proeminentes teóricos o modelo apresentado pela democracia liberal seria o ponto de chegada almejado pelo grande grupo das nações em desenvolvimento, muitas delas do ex-bloco socialista.

Alguns pensadores como o filósofo estadunidense Francis Fukuyama (de certa forma retomando alguns aspectos da teoria hegeliana), afirmaram que a humanidade havia chegado “(...) ao ponto final da evolução ideológica e à universalização da democracia liberal ocidental como forma final de governo (...)” (Fukuyama, F. 1992). Para Fukuyama após a destruição do fascismo, no fim da segunda grande guerra, e o colapso do regime socialista no fim dos anos 80, a humanidade teria atingido o ponto culminante de sua evolução com o triunfo da democracia liberal, originada no ocidente, sobre os demais sistemas e ideologias concorrentes. Em oposição à proposta capitalista liberal, restavam apenas os vestígios de nacionalismos (sem possibilidade de significarem um projeto para a humanidade) e o fundamentalismo maometano (restrito ao Oriente e a países periféricos) radicalizado em decadente reação ao liberalismo democrático que se espalha mundialmente. Desse modo, diante da derrocada do socialismo, o autor afirma que a democracia liberal ocidental consolidou-se como a solução final do governo humano, significando, nesse sentido, o “*fim da história*” da humanidade.

Sem dúvida o capitalismo hoje se manifesta no mundo pela roupagem política e econômica da democracia liberal, que prioriza a liberdade dos indivíduos diante de um Estado muito pouco intervencionista (intervencionista apenas quando necessário para socorrer o sistema financeiro, quando houver alguma crise...) e que ostentaria a bandeira de ideais democráticos cosmopolitas, o que, para os marxistas ortodoxos, esconderia a luta de classes inerente ao sistema.

Mas, o momento em que o capitalismo se consolida no mundo é também o momento em que podemos analisá-lo com maior acuidade, tendo em vista seu desempenho de sucesso ao suprimir outros modelos, ao mesmo tempo em que

podemos perceber fenômenos que representam a acentuação de suas mazelas aparentemente intrínsecas.

O fim da rivalidade da guerra fria levantou o véu que encobria a volubilidade do sistema mundial em curso. O jogo político ideológico entre as duas grandes potências que disputavam a hegemonia no globo, concentrava o olhar dos espectadores obstruindo a percepção sobre o processo de globalização e internacionalização do mercado em acentuada progressão, processo esse que certamente também afetou o equilíbrio interno nos países sobre a influência da URSS. Finda a *guerra fria*, um novo mundo instável e imprevisível se apresenta com as velhas mazelas que acompanham historicamente o capitalismo, agora mais acentuadas em algumas regiões do mundo, bem como novas promessas de popularização da democracia e integração entre as comunidades humanas, em pleno processo de globalização e internacionalização do mercado.

Os termos *capitalismo* e *mercado* são hoje usados quase como sinônimos, lembramos, porém, que nem sempre na história das sociedades humanas aquilo que chamamos *mercado* foi acompanhado de um modelo capitalista de produção. A expressão *mercado* já foi usada para denominar um espaço de trocas de produtos em sociedades que seguiam outros modelos produtivos como o asiático e o feudal, por exemplo. Mas, hoje, a internacionalização de um mercado acompanha a expansão do capitalismo no globo a ponto de formar quase um fenômeno único, embora esse mesmo mercado (com características inerentes ao capitalismo) possa estar presente, também, em sociedades autodenominadas socialistas. Dessa forma a expressão “*era do mercado internacional*”, apresentada no título desse trabalho, tem aqui o mesmo significado de *globalização do mercado capitalista*, e nesse sentido o conceito de globalização, hoje tão em voga, toma grande importância para a análise que desejo apresentar.

Bem lembrado por Zigmund Bauman (em sua obra “*Globalização: as consequências humanas*” - 1998) é a diferença entre os termos universalização e globalização. O primeiro conceito, já em desuso, referente ao projeto moderno de transformação racional do mundo, produção de uma ordem em escala global, fruto das aspirações intelectuais da modernidade, há muito esquecidas (ou, talvez, não

para todos). Por sua vez, globalização diz respeito ao que está acontecendo no mundo, aos efeitos globais da disseminação das novas tecnologias e do mercado capitalista.

Hoje tudo pode ter uma repercussão global e, por esse motivo, há maiores dificuldades para identificar a cadeia de causas e efeitos que compreende o cenário onde se desenrolam os fenômenos inerentes à vida em sociedade. É claro que o reconhecimento sobre as conseqüências de *atores em destaque* no palco do mundo é de mais fácil percepção. As conseqüências das decisões políticas de um Estado como o EUA, são mais visíveis do que as conseqüências do consumismo individual. Mas, podemos imaginar quais os possíveis impactos que o consumo diário de cada indivíduo particular somado com o de seus concidadãos em um país como a China, por exemplo, pode gerar no mundo. Olhando para esses exemplos, notamos que o aumento da *imprevisibilidade*, aquilo que muitos pensadores da contemporaneidade apontam como uma característica do processo de globalização, hoje, não é algo absoluto. A razão ainda pode tecer suas conjecturas. Sobre o que observamos (incluindo nossas próprias ações) podemos supor conseqüências, nem sempre (para ser realista) com muita precisão, mas podemos chegar próximos de uma resposta ou, pelo menos, planejarmos um caminho menos oneroso. Porém, antecipações de possibilidades ou projetos para o futuro, só podem partir (para ultrapassarem a categoria do “onírico”) de um olhar racional e realista sobre a realidade que nos envolve agora. Faz-se necessário um pensamento crítico frente à situação humana na contemporaneidade, para que possamos sanar os males de nossas aventuras políticas e sociais, para prosseguir, evitando que tudo vá pelos ares antes de qualquer novo passo da humanidade.

Ao olharmos para o cenário contemporâneo podemos nos deparar com problemas graves gerados por uma forma irresponsável de conduzir a economia que afeta a todas as sociedades humanas espalhadas pelo planeta. Mas, há também muita coisa positiva nesse novo “teatro” do mundo. A liberdade, que aflora onde antes o totalitarismo imperava, é uma dessas boas novas. Temos, é claro, que olhar para tudo isso com comedimento e argúcia racional, procurando o que realmente é verídico no meio desse espetáculo. Para tanto, algumas observações da nova

esquerda, ainda tradicionalmente crítica ao capitalismo internacional, podem ser muito úteis.

Pensadores que ainda resguardam um profundo respeito pelo arcabouço teórico do marxismo denunciam freqüentemente o anúncio de uma crise social global, prenúncio do esgotamento de um modelo agressivo e injusto que pesa sobre as sociedades humanas gerando desigualdade e miséria e enfraquecendo as possibilidades criativas da humanidade, desapegadas do interesse meramente egoísta do lucro, tais como a arte autêntica e o interesse apaixonado pelo conhecimento filosófico (ambos cada vez mais raros na atualidade).

Nessa perspectiva, encontramos a denúncia de Boaventura de Souza Santos que aponta um momento crítico no sistema internacional caracterizado como uma crise do contrato social moderno. Essa crise seria um sinal do colapso do sistema capitalista como padrão de organização social e produção de riquezas que, tanto na voracidade exploratória da natureza, quanto na gananciosa busca de lucratividade (com produção acentuada e um mínimo de gastos), esmaga milhares de entes humanos, aumentando a exclusão social e marginalização. O contexto contemporâneo seria o cenário de um novo pacto social desigual cujo objetivo, em oposição ao antigo contrato moderno, não seria mais garantir a liberdade e a segurança dos contratantes, mas sim assegurar o livre desenvolvimento do mercado capitalista sem perturbações de ordem político-estatal ou mesmo sociais. Traduzindo: é o pacto neoliberal pela preservação da lucratividade das transnacionais no livre mercado global, imposto aos mais fracos e silenciosos interlocutores.

A elite que detém poder financeiro, apostando no jogo virtual da economia suas cifras, determina a sorte dos menos favorecidos pelo mercado, desequilibrando ou alimentando um modelo produtivo que orienta a vida de bilhões de pessoas em todo o globo.

Visto dessa forma o capitalismo acompanhado da democracia liberal não parece mais um “mar de rosas”. Essa crítica poderia muito bem ser assimilada como uma incitação ao repensar o modelo ou buscar um aperfeiçoamento da proposta liberal, embora não seja este o caso do autor citado. Podemos assumir uma posição

de crítica “construtiva” ao sistema ou buscar uma proposta alternativa. Mas, se escolhermos a segunda opção, qual seria a proposta alternativa?

Antes de qualquer reflexão nesse sentido, faz-se necessário realizar uma observação sobre o modelo de democracia predominante hoje no Brasil e no mundo, sem esquecer o contraponto que encontraremos em um olhar retrospectivo para a história recente das nações que transitaram de um modelo pretensamente socialista, para o modo de produção capitalista, em adesão ou aproximação espontânea (as duas quase sempre problemáticas) à democracia liberal.

1. DEMOCRACIA E LIBERALISMO

A nova ordem global construída pelo desenvolvimento e difusão do modo de produção capitalista é também o cenário onde aparentemente a democracia se desenvolve no grau mais elevado que se pode observar na história das sociedades humanas. Nunca antes a idéia da democracia se fez espalhar com tamanha força, possibilitando (como já apontou Giddens) uma maior abertura dialógica na política para um número maior de seres humanos, em quase todos os países sob a influência do capitalismo. Mas, ao mesmo tempo, o número de humanos que sofrem com a miséria e a fome no mundo vem aumentando drasticamente. Nos países subdesenvolvidos, ou em desenvolvimento, como o Brasil, as crises sociais se acentuam como reflexo da incapacidade (ou incompetência) dos governos em atender as necessidades da população, principalmente do grande número de indivíduos que vivem às margens do mercado, habitando em amontoados de casebres na periferia das grandes cidades ou perambulando pelas estradas com lonas de plástico nas costas.

Até que ponto podemos considerar verdadeira a afirmativa de que a democracia se disseminou pelo mundo (hoje predominantemente capitalista), dilatando a participação das massas no poder?

No caso brasileiro é verdade que houve um aumento da participação do povo nos assuntos públicos e hoje há uma liberdade muito maior para a organização de movimentos sociais, expressão de idéias e mesmo para criticar e promover mobilizações contra o governo. Se compararmos com poucas décadas atrás, veremos que o Brasil teve um grande avanço rumo à democracia.

Seria a democracia então um ponto de referência para o qual sempre correremos na vontade de aprimorar nossa sociedade? Quem sabe uma bela máscara para manter as aparências? Talvez, como já disse Robert Michells, uma idéia impossível de ser concretizada em toda sua plenitude, mas que pode servir como ideal a ser imitado na medida do possível (ironicamente o mesmo autor deslocou-se para o outro lado da corda no fim de sua vida).

Quando se pensa na origem do termo democracia logo a imagem da antiga pólis grega vem às nossas mentes, lembramos dos debates em praça pública, dos princípios de “isonomia” (igualdade de todos perante a lei) e “isegoria” (direito que todos os cidadãos tinham de manifestar sua opinião política na *Ágora*) e da idéia de política como a arte de governar a *pólis* na direção dos interesses da coletividade.

Participar das assembleias na *Ágora* era considerado um dever do cidadão ateniense que na política deveria se engajar ativamente, demonstrando interesse pelas questões da cidade.

No que se refere ao interesse político da população (ao envolvimento por parte do cidadão na política) muito se perdeu na prática democrática de nossa época. A própria idéia de liberdade, almejada pela democracia liberal contemporânea, não guarda semelhanças para com aquilo que era entendido como liberdade na antiga Atenas democrática. Como o filósofo iluminista Benjamin Constant já apontou “*a liberdade dos antigos não é a mesma liberdade dos modernos*”, com isso desejava expressar a diferença intencional que o uso da palavra liberdade recebe no pensamento político moderno, em especial o uso que as correntes liberais fazem dessa palavra.

Para os antigos atenienses, inventores da democracia, a liberdade do indivíduo estava profundamente ligada à autonomia da cidade-estado frente às nações estrangeiras, o indivíduo sentia-se como parte da cidade. A liberdade privada era restrita, pesava sobre os indivíduos a moral da sociedade.

A possibilidade de exercer a liberdade política, o direito de participar das decisões do governo da pólis, era um privilégio dos cidadãos, qualidade restrita há poucos e seletos habitantes de Atenas. Apenas os homens proprietários de bens e terras ou os comerciantes podiam participar das assembleias públicas. Aos demais habitantes de Atenas (mulheres, desprovidos de posses, escravos, estrangeiros) esse direito era negado, o que impunha limitações ao modelo democrático ateniense que, se comparado a democracia contemporânea (onde o “sufrágio universal” é aplicado) , era muito restritivo no que diz respeito a participação popular .

A vida do cidadão ateniense estava intimamente ligada a vida da cidade, o exílio era a pior das punições para um condenado, uma punição mais odiosa que a própria morte, representando a perda total de sentido para a existência do homem, renegado por seus concidadãos (os últimos instantes da vida de Sócrates, relatados na obra “Apologia de Sócrates” de Platão, demonstram muito bem isso). Ser livre para os antigos era viver em um estado livre e poder participar das decisões políticas. Essa perspectiva sobre a liberdade é, em muitos aspectos, semelhante ao que o ideal *comunitarista* e republicano ostenta.

Algo muito diverso é a liberdade preconizada pelo liberalismo. Para os liberais a liberdade restringe-se a esfera da vida privada dos indivíduos, livres das pressões do Estado sobre suas vidas particulares. Disso provém a idéia de um mercado livre - expresso no chavão “deixar fazer” (*laissez-faire*) - e de um Estado mínimo reduzido a funções básicas de proteção da integridade dos cidadãos e suas propriedades.

A garantia da propriedade privada é de suma importância para a manutenção da liberdade individual e está na base da legitimação do contrato social. Mas, na intenção de priorizar a vida privada e suas liberdades (longe da interferência estatal) o liberalismo acaba levando, indiretamente, a um distanciamento do indivíduo das questões públicas.

O objetivo dos antigos era a partilha do poder social entre todos os cidadãos de uma mesma pátria. Era isso o que eles denominavam liberdade. O objetivo dos modernos é a segurança dos privilégios privados; e eles chamam liberdade às garantias concedidas pelas instituições a esses privilégios. (Benjamin Constant, 1767-1830. Arquivo da revista “Filosofia Política 2” UNICAMP/UFRGS, 1985, p.15).

A primeira das necessidades modernas (ou mais precisamente dos adeptos de um tipo de liberalismo moderno) é a garantia da independência individual a favor da qual “*nunca se deve pedir seu sacrifício para estabelecer a liberdade política*” (B.Constant).

Mas, se por um lado o ideal da liberdade individual ostentado pelo liberalismo pode parecer avesso à cidadania, ou seja, oposto ao desejo de envolvimento nas questões políticas, os direitos do homem preconizados pelo liberalismo representam papel de grande relevância para o desenvolvimento da democracia na história.

A democracia representativa é a que permanece e prevalece hoje no mundo, tanto nas formas presidencialista (com a divisão em três poderes) ou parlamentarista (nas formas de monarquia constitucional representativa; *semipresidencialismo*, ou puramente parlamentarista – onde o primeiro ministro é o chefe de estado escolhido entre os representantes do povo, pelo consenso entre eles). Guardando-se as peculiaridades de cada forma possível de democracia representativa, podemos dizer que entre os diversos modelos democráticos que por ventura poderemos encontrar nos Estados contemporâneos, é a democracia liberal a que obtém maior êxito no atual contexto internacional, o que vale dizer que o liberalismo é uma ideologia presente na maior parte dos Estados democráticos da atualidade.

Democracia e liberalismo é uma combinação de sucesso na era da globalização, mas, estes são termos que nem sempre estiveram próximos na história do pensamento e da prática política no ocidente. A ideologia liberal clássica (base do neoliberalismo contemporâneo) afirma-se historicamente em bases explicitamente antidemocráticas.

No intuito de defender os direitos individuais (em destaque o direito a propriedade privada) alguns ideólogos liberais combateram a idéia do *sufrágio universal* e se posicionaram contra a proposta de um regime democrático que se estendesse até as “massas”. Para esses liberais, de tendência conservadora, em uma sociedade controlada por um governo democrático (escolhido por intermédio do voto pela maior parte da população), o indivíduo estaria subjugado aos interesses de uma “maioria” que, controlando o Estado, imporá sua vontade em prejuízo da “liberdade” natural do homem.

Teóricos como Edmund Burke (1729-1797) e Benjamin Constant (1767-1830) afirmavam que, se uma maioria despossuída (sem propriedade privada) pudesse aumentar sua influência no Estado, acabaria por prejudicar os direitos dos proprietários. A democracia, na perspectiva liberal conservadora, poderia se tornar uma espécie de ditadura da maioria contra a minoria de proprietários.

Benjamin Constant dizia, de modo claro e alarmista, que se os não proprietários fossem titulares de direitos políticos seriam levados a perseguir “objetivos predatórios e anárquicos” e, assim, “demolir a sociedade”, impondo taxas descabidas e irracionais aos proprietários, engendrando um “sistema de confisco velado”. (Moraes, 2001, p.24).

A idéia de um direito natural à liberdade (fundamentada na teoria hipotética de um “estado de natureza” anterior a formação da sociedade civil e do Estado) é a base argumentativa levantada pelo liberalismo para defender a limitação da ação estatal sobre a esfera privada e da economia (onde um mercado livre, auto-regulativo, é o ideal almejado).

O filósofo contratualista J.Locke (considerado um dos fundadores do liberalismo político) pregava, no século XVII, um controle legal sobre os poderes do Estado por meios constitucionais que garantissem os direitos individuais dos cidadãos. Locke formulou a proposta de uma monarquia constitucional parlamentarista, onde o poder do monarca seria controlado por normas elaboradas com o consenso dos representantes do povo (mais precisamente, representantes da classe em ascensão: a burguesia). Caberia ao Estado garantir os direitos dos cidadãos, em destaque o direito da propriedade privada. Nessa perspectiva, os “despossuídos” não seriam beneficiados pelo sistema, seus direitos políticos não eram considerados legítimos, pois, a propriedade privada seria a condição essencial para qualificar qualquer indivíduo como cidadão.

Forte desde a queda do antigo regime até a crise de 29 (no século XX), o liberalismo ortodoxo teve papel decisivo na afirmação do poder da burguesia. O liberalismo foi fundamental no desenvolvimento do modo de produção capitalista, retendo (como uma barreira) as aspirações políticas das classes menos abastadas, opondo-se dessa forma ao desenvolvimento dos movimentos democráticos nos países do ocidente.

A crise do capitalismo, ocasionada pela quebra da bolsa nos EUA em 1929, enfraqueceu o paradigma do liberalismo radical, dando espaço a propostas de intervencionismo estatal que na obra de John Maynard Keynes recebem uma roupagem teórica apropriada.

O intervencionismo estatal, na economia, perdura hegemônico entre as nações capitalistas até meados da década de 70, onde nova crise no capitalismo mundial ressuscita a teoria liberal ortodoxa expressa de forma mais radical como neoliberalismo. Oposto as propostas social-democratas, ideologias de esquerda,

keynesianismo ou qualquer teoria que pregue a dilatação do poder estatal à esfera da economia e iniciativa privada, esse novo liberalismo sustenta a idéia do mercado livre auto-regulativo onde, em uma espécie de “seleção natural”¹, os indivíduos mais aptos ou mais adaptados as circunstâncias da sociedade, podem obter êxito. A desigualdade entre os homens é vista como algo natural, consequência das escolhas dos indivíduos e de suas capacidades subjetivas em construir livremente seus próprios projetos de vida.

(...) las desigualdades sociales son inevitables, puesto que expresan las diferentes capacidades de adaptación de los individuos a las leyes Del mercado y las cambiantes condiciones históricas.
(Hayek, apud Lopez, 1988)

Ideais democráticos, que visem uma maior participação política das populações menos favorecidas pelo mercado, não são positivos para essa ideologia, que vê, em uma política democrática altamente desenvolvida, algo que possa corromper a liberdade inerente ao sistema.

O Estado, em limites restritos, deve apenas garantir a ordem básica na sociedade para que as leis espontâneas do mercado se desenvolvam. No projeto liberal a democracia só é importante na medida em que possibilita um controle do Estado por parte dos representantes dos proprietários ou ainda, como uma forma de preservação das liberdades individuais.

A combinação de liberalismo e democracia dá origem a um modelo de democracia que se destaca hoje no globo, obtendo a preferência do *mercado internacional*. É o modelo vigente nos EUA nas últimas décadas, país que ainda se destaca como potência hegemônica no mundo capitalista. Porém, após a crise financeira deflagrada pela especulação imobiliária durante os momentos finais da gestão G.W. Bush (Partido Republicano), o governo estadunidense, agora sob a

¹ No final do século XX Herbert Spencer (1820-1903) lança o livro “Indivíduo contra o Estado”, combatendo as propostas democráticas, a intervenção estatal na economia e as políticas sociais, expondo a idéia de uma “seleção natural” dos mais aptos, um tipo de “darwinismo social”.

tutela de Barack Obama (Partido Democrata) parece dar sinais de uma administração que lembra os tempos de política keynesiana² do pós-crise de 29.

Nos Estados Unidos da América o Partido Democrata demonstra uma tendência mais assistencialista (sem muitos exageros) e protecionista (se comparado ao partido republicano mais afeito ao liberalismo ortodoxo, avesso as políticas de previdência). Mas, ao falarmos sobre os dois principais partidos do sistema democrático estadunidense, faz-se necessário lembrar uma peculiaridade do uso da palavra “liberal” pelos norte-americanos, útil para evitar qualquer mal entendido. Segundo Reginaldo Moraes haveria uma grande diferença no uso do vocábulo “liberal” na Europa e nos EUA:

Quando se utiliza a expressão “liberal” no continente europeu, o que se tem em vista é aquele pensador ou político que defende as idéias econômicas do livre mercado e critica a intervenção estatal e o planejamento. São aqueles que se opõem ao socialismo, à social democracia, ao Estado de bem-estar social. Mas a palavra “liberal” nos Estados Unidos quer dizer quase o contrário: ela se aplica principalmente a políticos e intelectuais alinhados com o Partido Democrata e que apóiam a intervenção reguladora do Estado e a adoção de políticas de bem-estar social, programas que os neoliberais recusam. (Moraes, 2001, p.09-10).

Voltando ao foco principal desse capítulo, no ponto aonde chega a presente análise, cabe lembrar os apontamentos de Norberto Bobbio, sobre o que o autor diz ser uma importante relação de contribuição entre democracia e liberalismo, relação essa sem a qual ambas as idéias, na prática, não se desenvolveriam. O pensador italiano afirma a forte ligação entre democracia e liberalismo, sustentando a tese de que ambas as propostas combinam-se e necessitam uma da outra para se realizarem efetivamente.

O correto exercício do poder democrático exigiria certas liberdades. Em contrapartida, essas liberdades (que são direitos dos indivíduos) são garantidas por um poder democrático. Em suma, as liberdades conquistadas pelo liberalismo são imprescindíveis para a participação política democrática. Os direitos a livre expressão

² “Segundo a doutrina keynesiana, o Estado deveria manejar grandezas macroeconômicas sobre as quais era possível acumular conhecimento e controle prático. O poder público, desse modo, regularia as oscilações de emprego e investimento, moderando as crises econômicas e sociais”. (Moraes, Reginaldo. “Neoliberalismo -de onde vem, para onde vai?”, 2001, p.29-30).

da opinião, de reunião, de associação... (as chamadas liberdades fundamentais), direitos esses que foram de suma importância para o surgimento do Estado liberal são pressupostos necessários para o *“correto funcionamento dos mecanismos predominantemente procedimentais que caracterizam um regime democrático”* (Bobbio, 2000).

O ideal democrático teria raiz na ideologia liberal já que foram essas conquistas do liberalismo que propiciaram o surgimento da democracia que, por sua vez, possibilitou a sobrevivência do liberalismo.

(...) o Estado liberal é o pressuposto não só histórico, mas jurídico do Estado democrático. O Estado democrático e o Estado liberal são interdependentes em dois modos: na direção que vai do liberalismo à democracia, no sentido de que são necessárias certas liberdades para o exercício correto do poder democrático, e na direção oposta que vai da democracia ao liberalismo, no sentido de que é necessário o poder democrático para garantir a existência e a perspicácia das liberdades fundamentais. "... Em outras palavras, é pouco provável que um estado não liberal possa assegurar um correto funcionamento da democracia, e de outra parte é pouco provável que um Estado não-democrático seja capaz de garantir as liberdades fundamentais. (Bobbio,N.2000)

2. DERROCADA DO TOTALITARISMO: O CAPITALISMO CHEGA AO “SEGUNDO MUNDO”

2.1. O fim do comunismo na URSS e no leste Europeu

Após a queda do Muro de Berlin em 1989, que dividia as duas “Alemanhas”, e o colapso do regime soviético que sucumbe em 1991³, o capitalismo se estende também ao leste europeu. Países que antes adotavam o socialismo, seguindo o modelo da extinta URSS, passaram repentinamente a uma economia de livre mercado alinhando-se ao jogo do capitalismo internacional. Essas sociedades enfrentaram significativas transformações políticas e culturais, e de acordo com a peculiaridade histórico-social dessas nações o capitalismo foi também adaptado.

Esse processo de transformação econômica e, fundamentalmente, política, dessas sociedades, demonstrou escancaradamente o fracasso da “ditadura do proletariado” e indiretamente alimentou o poder persuasivo do discurso capitalista liberal pelo mundo.

A queda do socialismo no leste europeu foi desencadeada pela crise de legitimidade dos Estados totalitários, intensificada com o agravamento das incoerências ideológicas dos partidos comunistas no poder que perderam progressivamente o controle da “máquina coerciva” que sustentava o sistema ditatorial e a propaganda oficial do regime. O comunismo, de doutrina ideal (ícone de uma sociedade justa e igualitária, livre da luta de classes) passava a ser encarado, pelo povo oprimido, como um engodo ideológico que na prática se revelava um sistema vil de esmagamento das liberdades individuais. As promessas idílicas do

³ “O movimento revolucionário disparado em 1989 tinha causas remotas. Já desde os anos 80, o sistema socialista vinha dando sinais de desgaste econômico e, sobretudo, de descrença por parte de seus próprios seguidores. Mas foi a partir de 1985, com a ascensão de Gorbachov ao poder na União Soviética e a aplicação de seus planos baseados na Perestroika (reestruturação) e na glasnost (transparência), que a abertura do regime transformou-se numa avalanche irrefreável, pondo abaixo o sistema que polarizou com o capitalismo durante a maior parte do século XX”. (“A Nova História Moderna e Contemporânea” – José Jobson Arruda. 2004).

marxismo para uma futura sociedade comunal e justa, no socialismo histórico foram magoadas pela tirania de burocratas corruptos que na direção do Estado massacravam seus próprios concidadãos, buscando a perpetuação no poder através do controle da opinião pública, em uma situação que não podia perdurar por muito tempo.

Como observou Fukuyama (1992), “(...) o fracasso fundamental do totalitarismo foi sua incapacidade de controlar o pensamento”. No caso soviético (o que pode muito bem ser usado em analogia com outros casos semelhantes) o povo demonstrou, que havia preservado (apesar das décadas de repressão do pensamento) a capacidade de discernir criticamente a realidade do país submetido à tirania de uma classe formada por corruptos burocratas, dirigentes e funcionários do partido comunista.

A falta de coerência entre as promessas e a prática do socialismo aumentou com o passar dos anos o grau de insatisfação da população desses países fazendo com que esses regimes totalitários perdessem credibilidade. Lembrando Adam Przeworski “a ideologia comunista tornou-se uma ameaça à ordem social que ela incorpora... quando palavras e pensamentos são permanentemente discrepantes a vida fica insuportável” (“Democracia e Mercado – No leste europeu e na América latina”- p.17. Przeworski,A). O mesmo autor aponta um fato interessante sobre a incoerência do regime totalitário na Polônia (na época sob influência soviética). Em meados da década de 70 os dissidentes poloneses que formavam uma oposição contra o governo ditatorial, adotaram uma estratégia simples para fragilizar o sistema político, “decidiram fazer uso dos direitos proclamados pela constituição comunista” (“Democracia e Mercado: No leste europeu e na América latina” - pg 17. A. Przeworski). O medo da força física externa e interna era o que mantinha a unidade do sistema, quando os burocratas do PC perderam parte do apoio do exército perderam também o controle sobre a população.

Incapaz de lidar com as deficiências da economia planificada e do ineficiente sistema produtivo (tecnologicamente defasado), que não conseguia atender as

necessidades da população, muito menos manter a competitividade da guerra fria, o Estado soviético entrou em agravada decadência.

A carência de uma série de produtos no mercado soviético possibilitou o surgimento de uma economia paralela que, com aval de burocratas da “nomenklatura” do PC, desenvolveu-se a ponto de gerar o desequilíbrio na economia planejada oficial. Esse mercado paralelo ou “mercado negro” deu origem ao crime organizado russo e a máfia, que hoje ainda é fator de destaque no agravamento da violência, desorganização social e econômica da Rússia pós-regime soviético.

A crise interna da URSS repercutiu imediatamente nas nações sob sua égide, que com o afrouxamento da opressão bélica russa (conseqüência direta da crise) passaram a se movimentar politicamente de forma mais autônoma rumo ao liberalismo.

O desejo de mudança, que impulsionou a transformação desses regimes totalitários no leste europeu, foi por sua vez gerado por um olhar comparativo direcionado para a Europa ocidental, liberal e democrática, onde o capitalismo demonstrava toda sua pungente eficiência econômica com positivos índices de desenvolvimento social, sem privação de liberdade.

A crise na União Soviética precipitada pelas mudanças impactantes implantadas por Gorbachov, na sua tentativa de dar um “ar mais democrático” ao sistema, levou ao colapso do socialismo soviético que se demonstrou frágil. Com o fim, em 1987, da doutrina Brejnev (segundo a qual a URSS tinha o direito de intervir nos assuntos internos de seus satélites) uma reação em cadeia, nos anos que se seguiram, leva ao fim os regimes comunistas nos países sob a influência da União Soviética (Hungria, Polônia, Tchecoslováquia, Romênia, Alemanha Oriental, Albânia, Bulgária) que passaram por sérias dificuldades na sua reconversão para a economia de livre mercado e para o modelo liberal de democracia.

Em geral os países do leste europeu, logo após abandonarem o regime socialista, enfrentaram graves crises econômicas e sociais que acabaram levando a um retorno das velhas elites dos partidos comunistas ao poder, porém, com um discurso adaptado à nova realidade sem cogitar um retorno a velha ordem. Na Bulgária, por exemplo, mesmo com a abertura política e livre concorrência de

candidatos independentes para as eleições, os comunistas continuaram a controlar o governo, vencendo as eleições graças ao apoio de setores rurais então prejudicados com a perda do mercado soviético (grande consumidor das exportações búlgaras). Nesse período dá-se início a uma política de privatizações e fechamento de estatais numa tentativa de conter a hiperinflação. A Bulgária se aproxima do Fundo Monetário Internacional, inaugurando o ingresso do país no mundo capitalista sob a égide do EUA.

Enquanto o leste europeu se distanciava do controle soviético, a própria URSS passava por uma rápida transformação. O Estado soviético incapaz de lidar com as novas demandas da “era da informação” (Castells, 1999) e esvaziado de legitimidade pela acentuada incoerência do comportamento político de sua classe dirigente, sucumbe ao peso dos movimentos nacionalistas⁴ revigorados pelo afrouxamento da repressão ideológica das novas políticas instauradas por Gorbachev.

A abertura democrática possibilitou o desenvolvimento de uma mídia independente e a proliferação de movimentos de oposição ao regime. Outros partidos políticos foram criados e, entre os anos de 1989 e 1991, os candidatos de oposição ganham a maioria das cadeiras nos sovietes locais das principais cidades e nos parlamentos republicanos, enfraquecendo o poderio do PC. Setores conservadores da *nomenklatura* do Partido Comunista soviético mobilizaram uma reação tardia que culminou em uma tentativa de golpe contra Gorbachev em agosto de 1991. Uma ação imediata do movimento democrático, liderado por Boris Yeltsin (então presidente do parlamento russo), com o apoio da população soviética e de alguns setores do exército, liquidou o efeito do golpe levando a uma transformação política do Estado soviético que em poucos meses dissolveu-se. Yeltsin auxiliado pela orientação de Burbulis, principal estrategista do movimento democrático, obteve o apoio dos líderes políticos de outras repúblicas soviéticas. Em nove de dezembro de 1991 foi formada a Comunidade dos Estados Independentes que declarou o fim da URSS.

⁴ “O nacionalismo, inclusive o russo, forneceu a base ideológica para a mobilização social em uma sociedade em que ideologias estritamente políticas, não desenvolvidas a partir de uma identidade histórica-cultural, sofreram os golpes do ceticismo e da descrença, alimentados por sete décadas de doutrinação nos temas da utopia comunista”. (Castells, M.1999).

Herdeira do falecido socialismo da URSS, a Rússia enfrenta várias crises políticas e sociais. O crescimento da máfia fortalecida pelo momentâneo vácuo de poder no pós-regime soviético, corrupção desenfreada e desemprego, violência crescente e problemas ecológicos... A Rússia é invadida pelo capitalismo internacional sem o tempo necessário para uma adequada adaptação à economia de livre mercado, é consumida pela voracidade do capitalismo, enfrentando uma grave crise econômica na segunda metade da década de 1990. A saída foi recorrer ao auxílio de organismos internacionais. A crise na Rússia afetou todo o mundo capitalista, demonstrando a interdependência dos mercados nacionais e a necessidade de ações de ajuda mútua entre as nações capitalistas em momentos críticos para evitar colapsos econômicos de dimensões globais.

Hoje (2009), o governo mais autoritário de Vladimir Pútín (premiê) e do presidente Dmitri Medvedev, mantém um aparente equilíbrio político no país, ostentando uma posição mais agressiva nas relações internacionais, na tentativa de afirmar os interesses russos no mundo contemporâneo do mercado globalizado.

2.2. A abertura econômica da China

Comparada ao fenômeno da derrocada do império soviético (onde a transformação democrática da sociedade levou à abertura da economia), é de forma mais gradual que a China se aproxima de uma economia de mercado e, sem abrir mão do controle rígido do Estado, dá um grande salto de crescimento econômico aumentando a produção industrial e exportação.⁵

Em 1976, com a morte de Mão Tsé-tung e a derrota de seus seguidores, o célebre *grupo radical*, novos líderes chegam ao poder: Deng Xiaoping e Hua Guofeng. Teve início o processo de transformação da economia chinesa para uma

⁵ Sobre o fenômeno Chinês lembramos o comentário de F.H.C: "(...) a China está passando por uma transformação que se contrapõe à transformação soviética. Ela introduziu reformas econômicas "liberalizantes", sem tê-lo feito de modo caótico, e manteve, ao mesmo tempo, controles políticos muito fortes". ("Estado Mercado e Democracia-" Fernando Henrique Cardoso. 1993)

economia de mercado mais aberta, sem a promoção de mudanças na estrutura política, preservando a hegemonia absoluta do PC Chinês. De certa forma essa transformação representa uma reação chinesa ao crescimento econômico de nações capitalistas vizinhas, o sistema reagia à competição, não queria ficar para trás:

“A crise final do comunismo começou, de certa forma, quando os líderes chineses reconheceram que estavam sendo deixados para trás pelo resto da Ásia capitalista, e perceberam que o planejamento central socialista havia condenado a China ao atraso e a pobreza” (“O Fim da História” - Francis Fukuyama).

O modelo chinês é caracterizado como um tipo de *“nacionalismo desenvolvimentista com características socialistas”* (Castells, 1999, p.348). Nesse modelo várias estratégias foram implantadas pelo Estado, na tentativa de abrir o mercado chinês sem causar um colapso na sociedade semelhante ao que na URSS ocorreu. A criação de zonas especiais (onde o governo oferecia mão de obra barata, isenção de impostos...) para atrair investimentos estrangeiros e, ao mesmo tempo, evitar uma contaminação irreversível do socialismo, foi substituída pela política de criação de empresas mistas e controle indireto com a participação dos chamados “empresários burocratas”, funcionários e membros do PC (muitos ligados ao exército) responsáveis por toda o processo de negociação entre empresas estrangeiras e o Estado.

Com um volumoso mercado de consumo interno, mão de obra abundante e barata, organização e eficiente controle do Estado sobre a sociedade civil (no que os valores de uma cultura popular milenar, como a passividade e reverência às autoridades, muito devem ter contribuído). Os chineses conquistam espaço no mercado internacional, como potência em progressiva ascensão, sem dispensar, porém, os tradicionais vícios do capitalismo, como a corrupção (comum também nas máquinas burocráticas das nações de regime socialista ditatorial como é o próprio caso chinês) e o aumento das desigualdades sociais (que, aliás, já havia em alto grau, na China de Mao). Enquanto a elite dirigente do PC chinês desfruta da riqueza oriunda da nova ordem econômica juntamente com os novos “industrialistas”, a

grande maioria da imensa população sofre com o crescente desemprego e marginalização, pois o sistema não consegue absorver a toda imensa população do país, o que se agrava com um intenso êxodo rural.

A China é hoje um caso interessante como objeto de estudo para as Ciências Sociais, por viver uma realidade pitoresca que, combina o velho modelo político marxista-leninista com uma economia de mercado em crescente evolução, aberta à iniciativa privada.

O capitalismo *“made in China”* e o capitalismo no leste europeu demonstram que não há, como se supunha, um único modelo básico de transformação capitalista como o oferecido pelo estereótipo das revoluções clássicas da burguesia europeia (modelo democrático-burguês) o que confirma a constatação já mencionada por teóricos como Florestan Fernandes de que *“a transformação capitalista não se determina de maneira exclusiva em função dos requisitos intrínsecos do desenvolvimento capitalista”*.⁶

⁶ “... os cientistas sociais já sabem, comprovadamente, que a transformação capitalista não se determina, de maneira exclusiva, em função dos requisitos intrínsecos do desenvolvimento capitalista. Ao contrário, esses requisitos (sejam econômicos, sejam os sócio-culturais e os políticos) entram em interação com os vários elementos econômicos (naturalmente extra ou pré-capitalista) e extra-econômicos da situação histórico social, característica dos casos concretos que se considerem...” (“A

3. CAPITALISMO GLOBALIZADO E O “MERCADO DA POLÍTICA”

A queda do modelo marxista-leninista após o fim da URSS e a “vitória” do capitalismo difundido pelo globo, levou ao desgaste das ideologias “utópicas” e a descrença em qualquer possibilidade de superação do capitalismo. Mas, a derrocada das ditaduras socialistas no leste europeu também reflete a popularização da idéia de que, no mundo contemporâneo, a democracia é a única fonte legítima de autoridade, embora não seja difícil reconhecer alguma veracidade nos ataques marxistas que acusam a democracia dos países que adotam o liberalismo, de ser uma máscara para esconder o domínio da sociedade por uma classe (a burguesia) que comanda o Estado para reproduzir um mecanismo de controle sobre o resto da população, almejando a realização de seus interesses particulares. Essa elite dirigente acabaria por monopolizar os processos de ascensão institucional, manipulando-os de acordo com suas estratégias, o que reduziria o grau de justiça da proposta democrática.

O desenvolvimento e manutenção das elites de poder foi fenômeno estudado por teóricos como Mosca, Pareto e autodenominados realistas como Schumpeter que pretendiam desmascarar a teoria clássica da democracia de molde utilitarista burguês.

Schumpeter apontava o distanciamento espantoso da massa sobre os mais importantes assuntos políticos. Na visão schumpeteriana, o *indivíduo comum* mantém-se ignorante da realidade política da qual sua própria vida social depende (*“aqueles que não se interessam pela política acabam por se submeterem ao governo daqueles que se interessam” – Platão*), para ele (indivíduo) a política não chega a ter a mesma importância de uma distração habitual, e isso se deve ao fato de as questões políticas não parecerem muito concretas para o indivíduo acostumado a resolução de problemas comuns em seu trabalho ou em sua residência, com os quais tem afinidade, são para ele mais visíveis, ao contrário do jogo político que geralmente se desenrola em uma arena distante de sua rua. O eleitor vive distanciado do jogo

político institucional com a qual só se relaciona, mais proximamente, em períodos eleitorais quando se vê diante de um festival de propaganda e encenação. Os candidatos a cargos eletivos (políticos profissionais) apresentam seus discursos e imagem pessoal, como produtos em meio à “feira política”. A disputa eleitoral se apresenta como um embate de propaganda e encenação financiado por volumosas somas.

Para atrair o eleitor, o discurso do político pode ser adaptado e a prática política também é direcionada nesse intuito. Os interesses particulares do político incluem as necessidades dos eleitores, na medida em que o candidato precisa do apoio de seu eleitorado para prosseguir ou vencer uma disputa.

Para Schumpeter a hipocrisia de uma democracia representativa deveria ser desmascarada, para que a mesma fosse aperfeiçoada de acordo com os interesses coletivos, já que se apresenta como o melhor sistema possível, seguindo a tese da impossibilidade da democracia direta. Nessa perspectiva, a democracia é um método que compromete os cidadãos ao processo formal de designar agentes que determinarão as questões políticas.⁷

A democracia liberal soa como um arremedo de democracia, quando reconhecemos suas limitações no que diz respeito à participação coletiva, embora pareça ser, quando comparada a outras propostas, a opção mais viável para a promoção da participação de um número maior de indivíduos nas decisões políticas, mesmo com todas as suas restrições. Mas, reconhecemos com facilidade que, como o modo de produção ao qual se atrela, a democracia liberal em seu sistema de seleção de dirigentes (guardando adaptações regionais), apresenta-se hoje como algo próximo a um espetáculo de persuasão e encantamento, que na expressão “mercado da política”, cunhada por Joseph Schumpeter, encontra adequação.

⁷ “Para Schumpeter, la democracia era, por lo tanto, una estratagema procesal para hacerse cargo del hecho de que , dentro de las sociedades desarrolladas y diferenciadas, el pueblo, si bien formalmente designado como tenedor de la soberanía política , en realidad no es capaz de ejercerla. El método democrático es un nexo de procedimientos e instituciones que permite que la soberanía popular se exprese de la única manera de que es capaz , esto es, cooperando en la producción de un gobierno y, por extensión de las decisiones políticas.” (Zolo ,Danilo -“Democracia e complejidad- un enfoque realista”. Buenos Aires .Ediciones Nueva Visión , 1994, p.112.)

Há uma relação íntima entre mercado capitalista e mercado político, embora a metáfora do “mercado” não explique em absoluto toda a complexidade do fenômeno político, ela serve para demonstrar como o *mercado competitivo do capitalismo* também pode influenciar a política democrática.

No mercado da política de uma democracia liberal, o eleitor é consumidor e o consumidor é eleitor.

O mercado capitalista oferece os fatos legitimadores do discurso político atual, pautado por ideologias derivadas das teorias liberais e neoliberais adaptadas grosseiramente às necessidades da propaganda política, que exige a persuasão do espectador, no caso, o povo. Nesse cenário, as propostas típicas da esquerda tradicional perdem o poder de convencimento, taxadas como utópicas ou anacrônicas, levando a um gradativo enfraquecimento dos partidos autodenominados socialistas ou uma transformação radical de suas plataformas políticas para facilitar a ascensão ao poder. Mas, não apenas no campo do combate retórico a influência da economia se faz sentir, o próprio “fazer político” é orientado pela racionalidade do mercado (em termos globais). Toda ação política é pautada pelas exigências do mercado capitalista e abalada por sua imprevisibilidade. Os atores políticos, hoje, jogam o “jogo do poder” no tabuleiro oferecido pelo mercado, e nesse teatro a arte do bom governo é contingente. Nessa perspectiva, o sistema representativo próprio das democracias liberais apresenta-se como um processo de seleção de elites dirigentes, pautado pela força do dinheiro investido nas campanhas.

Propostas para o aperfeiçoamento da democracia liberal, na direção de uma cidadania mais participativa, aparecem na obra de autores como Anthony Giddens e Robert Putnam. O primeiro destacando a possibilidade de uma terceira via para o capitalismo através do desenvolvimento de um Estado de bem estar social, comprometido com a promoção de qualidade de vida, sem necessariamente suprimir o capitalismo e muito menos o liberalismo. Essa é a proposta social-democrata revisada para o mundo globalizado. Já Putnam elabora uma teoria baseada em observações de caso as quais indicariam que, apesar das constantes tentativas por parte de alguns teóricos, para ligar o desenvolvimento econômico com a eficiência

institucional e maturidade democrática, não haveria uma ligação necessária entre esses elementos.

Estudos realizados por Robert Putnam apontam que a qualidade institucional é muitas vezes independente do grau de desenvolvimento econômico. Levantando a idéia de “comunidade cívica”, Putnam argumenta que qualidades como: participação cívica, igualdade política, solidariedade, tolerância e práticas associativas, que formariam o que ele definiu de “capital social”, seriam mais eficientes para a definição de um bom governo do que o desempenho econômico. Tendo em vista esse posicionamento que prioriza a democracia participativa como critério de qualidade na gerência política (ou autogerência), em uma perspectiva não tão distante da idéia de *capital social* de Putnam, encontramos em Giddens uma tentativa de aperfeiçoamento da democracia no mundo contemporâneo por meio da ênfase no processo dialógico das interações entre os atores sociais, orientados por uma implícita ética de tolerância e mútuo respeito. Apresentaremos essa proposta no **capítulo 12**.

4. SISTEMA REPRESENTATIVO E DEMOCRACIA LIBERAL, NO BRASIL

No cume da pirâmide do poder, centro de controle do Estado, o representante do povo acaba se distanciando do coletivo que sustentou sua ascensão (o que até hoje se demonstrou como um comportamento comum no Brasil), supondo que já houvera alguma vez uma aproximação real entre o mandatário e seu eleitorado além do frio ato do voto na urna eletrônica, na maioria das vezes uma conseqüência de uma propaganda eficaz (é importante reconhecer que por mais rica que seja a propaganda ela só se faz eficaz sobre um material humano capacitado, o que no caso exige uma habilidade retórica persuasiva, carisma...).

As delimitações da arena política e as estratégias de poder dos atores políticos demonstram o distanciamento entre dirigentes e dirigidos. O Estado controlado por uma “elite no poder” é transformado em um núcleo de determinações políticas da sociedade, determinações essas moldadas aos interesses diretos dos mandatários e indiretos de seus apoiadores externos ao sistema (a elite financeiramente abastada, nacional e internacional)⁸.

Os vícios do partido são levados para a administração do Estado, quando seus líderes assumem o controle do executivo e adquirem força de maioria no congresso. No Brasil as poucas leis que poderiam garantir a manutenção de idoneidade nas estruturas internas da máquina estatal, garantindo uma equidade de acesso da população a cargos públicos (proposta rawlsiana) e a formação de uma burocracia tecnicamente capacitada, são habitualmente dispensadas pela vontade estratégica do partido, ou coligação, que no comando do Executivo tende a recheiar o Estado com

⁸ O “Estado concentra, em seu seio, e de modo específico, não apenas a relação de força entre as frações do bloco no poder, mas igualmente a relação de força entre este e as classes dominadas”(Poulantzas, 1977: 26). Essa relação de forças não é de exterioridade, uma vez que a materialização das relações de forças entre as classes se expressa na esfera política e perpassa os aparelhos do Estado, configurando o papel de cada ramo ou aparelho nas relações de dominação e de reprodução do sistema capitalista. (“Estado, movimentos sociais e ONGs na era do neoliberalismo” - Ilse Gomes e Joana A. Coutinho. Revista Espaço Acadêmico, nº 89, outubro de 2008 http://www.espacoacademico.com.br/089/89gomes_coutinho.pdf)

seus quadros, assegurando assim um controle mais rígido da máquina⁹. Essa “contaminação” do Estado pela ideologia do(s) partido(s) vencedor (es) fragiliza a instituição, transformando-a em algo semelhante a “uma empresa privada administrada temporariamente por executivos”, sem o compromisso de um projeto de longo prazo que garanta a preservação dos bens que administram e dos quais não são proprietários permanentes (vício do patrimonialismo herdado da tradição ibérica)¹⁰. A maior preocupação é a manutenção do status do poder ou, no melhor dos casos, a tentativa de concretização de um projeto político ideológico pouco aberto ao debate democrático e racional. A situação do Estado brasileiro durante o governo Fernando Henrique Cardoso, ou anteriormente no governo Fernando Collor de Mello são exemplos dessa tendência administrativa. O processo de desestatização ao qual

⁹ Seguem dois trechos extraídos de reportagens publicadas nos últimos anos por dois conhecidos órgãos de imprensa: -“(…)Os dados acabam de sair do forno da Casa Civil, a central de nomeações do governo: nos 21.000 cargos de confiança, aqueles que podem ser preenchidos sem a necessidade de concurso público, o PT já reservou lugar para 15.000 companheiros. Nos próximos meses, o governo pretende completar a monumental cota de 21.000 cargos, fazendo as 6.000 nomeações que faltam. Antes mesmo que isso aconteça, o país já está diante da mais radical e voraz partidização da estrutura burocrática do Estado já vista em sua história. É um fisiologismo radical devido a sua extensão, já que nenhuma autoridade governamental veio a público até agora para dizer que talvez não seja preciso trocar a multidão de 21.000 servidores.(…)” (Revista Veja Edição 1819 . 10 de setembro de 2003, http://veja.abril.com.br/100903/p_040.html.)

-“Apesar de todas as contra-indicações, há uma prática que não esmorece no setor público brasileiro: o emprego livre e extensivo no serviço público de acordo com critérios políticos. O governo federal tem duas vezes mais cargos em comissão (CCs) que o dos Estados Unidos, e o número não pára de crescer.

As duas principais organizações não-governamentais de combate à corrupção no país - Transparência Brasil e CONTAS ABERTAS - apontam as funções de livre preenchimento como portas abertas para a corrupção no setor público. O envolvimento de CCs nos mais recentes escândalos que abalaram o país comprovaria essa tese. Somente no governo Luiz Inácio Lula da Silva, há um rol de denúncias que começa nos Correios, em 2005, e se estende à Infraero, em 2007.

Esses casos são provocados por pessoas estranhas ao quadro. São pessoas que descem de pára-quedas e não têm compromisso com o serviço público. Estão ali passando uma temporada - diz o economista Gil Castello Branco, consultor do Contas Abertas.” (12/08/2007 – Zero Hora. http://contasabertas.uol.com.br/midia/detalhes_noticias.asp?auto=475)

¹⁰ O patrimonialismo é visto como uma das explicações estruturais do subdesenvolvimento brasileiro. Proeminentes teóricos, como Raymundo Faoro, apontavam o aparelhamento burocrático, herdeiro da administração colonial portuguesa como causa de muitas mazelas de nossa história nacional. A burocracia estatal formaria um estamento que, aliada ao patronato político cujos interesses comuns formam “uma associação parasitária”, exerceriam um domínio sobre a sociedade. A princípio tal estamento burocrático estava intimamente ligado à nobreza, mas com a transformação do regime político no Brasil da monarquia para a república essa forma de encarar o patrimônio público, como algo privado, continuou vigente moldando a classe dirigente do país determinando a formação, desenvolvimento e o modo de funcionamento de nosso Estado e burocracia.

o país foi submetido com a onda de privatizações (muitas delas sem justificativa), sem discussão pública, sem o devido aval da população brasileira, demonstra um descaso para com o debate democrático sobre decisões de radical impacto ao patrimônio público, tal como se fazia na época do império (quando o monarca, muitas vezes decidia por conta própria) ou durante o período de ditadura militar (onde a opinião do povo era igual a zero ou próxima disso), com a única diferença de que a partir da década de 80 a mídia obteve maior liberdade para divulgar tais atos abertamente, e todo o processo foi observado durante esses governos (não questionamos aqui a tendenciosidade implícita ou não nas manifestações do “quarto poder”).

Um grupo se fixa no controle do Estado e, ao bel prazer, busca a concretização de planos pré-concebidos pela cúpula do partido (ou *dos partidos*, no caso de uma coligação) na maioria das vezes pautada pela ambição de assegurar uma permanência no poder, que se demonstra em estratégias “maquiavelianas”. Tais projetos políticos não são pensados para e com a coletividade, mas pela própria lógica partidária, trata-se da manifestação da ideologia hegemônica dentro do partido, defendida por um grupo mais forte, o que, tendo em vista que nas campanhas para as eleições dificilmente o eleitorado toma conhecimento desses projetos como realmente são, não parece nada democrático. Essa tendência do “fazer político” no Brasil é um dos fatores mais prejudiciais ao bom funcionamento do sistema federativo, visto que a disputa partidária é levada para o Estado, conseqüentemente a relação entre governos estaduais e entre esses e o governo federal fica na dependência de um alinhamento de aliados ou de um embate de opostos, prevalecendo os interesses estratégicos dos partidos em um jogo político onde o povo é visto apenas como a base de legitimação do poder, agradado na medida em que responde as expectativas de ovação dos eleitos ou quando coloca em risco algum status de poder.

O despreparo intelectual característico da maioria dos políticos brasileiros, com louváveis exceções (dos municípios até o governo federal, no executivo e legislativo) e a retrógrada burocracia (formada por quadros muitas vezes sem capacitação adequada), leva o Estado a uma situação de descrédito por parte da população que

sofre com atos pouco racionais do governo e que, com pouco espaço para o revide democrático subjugam-se resignada (com poucas exceções representadas por alguns movimentos sociais¹¹).

Com fraco poder aquisitivo, a grande classe média brasileira não ostenta voz ativa de relevo no jogo político, devido às exigências estratégicas que o próprio jogo exige (a perspectiva do “jogo” já é a perspectiva maquiavélica sobre a política), enquanto as camadas mais pobres da população estão sujeitas à força persuasiva das medidas assistencialistas do governo que disputa a atenção desse público com a oposição.

São as exigências de organização de representações políticas, de filiação partidária, patrocínio para candidaturas, necessidade de dedicação intensiva à política, entre outras coisas, o que barra, na maioria das vezes, uma objetiva vontade democrática da classe média distanciando-a da arena política. A transformação da sociedade brasileira em sociedade de consumo individualista também impede o desenvolvimento de maiores graus de solidariedade social e conscientização política.

Viabilizada pelo caro marketing político, a ascensão a cargos eletivos representa uma forma de seleção restritiva na pseudodemocracia brasileira, onde apenas os indivíduos financeiramente abastados ou apoiados por grupos de forte poder econômico conseguem obter sucesso, o que é mais nítido em se tratando de cargos mais elevados (em termos hierárquicos), dentro do sistema, como os de deputado estadual, deputado federal, governador e presidente da república, o que se repete também nos municípios, porém, com um espaço bem maior para exceções (em um município os contatos do candidato com seu eleitorado são mais intensos, e

¹¹ Com a “reforma” do Estado o capital se expandiu para áreas antes consideradas essencialmente públicas e de responsabilidade do Estado configurando um assalto às conquistas das classes populares. Os movimentos sociais se vêem na condição de lutarem pelo resgate da cidadania, considerando que o pouco que foi conquistado ao longo de anos de luta encontra-se ameaçado e parte significativa da população fica excluída de participar da comunidade política. É cada vez mais difícil se sentir incluído nessa comunidade política uma vez que o processo de transnacionalização do capital fragiliza o Estado em sua capacidade de implementar políticas específicas e de constituir todos os indivíduos de uma determinada comunidade nacional em cidadãos, sujeitos de direitos iguais. (*Estado, movimentos sociais e ONGs na era do neoliberalismo* - Ilse Gomes e Joana A. Coutinho. Revista Espaço Acadêmico, nº 89, outubro de 2008 http://www.espacoacademico.com.br/089/89gomes_coutinho.pdf)

considerando que a escala do processo eleitoral é bem menor se comparada ao nível estadual ou federal, há uma economia na propaganda relativa ao tamanho da população e da popularidade do aspirante ao cargo eletivo).

A disputa eleitoral se apresenta como um embate de propaganda e imagem financiado por volumosas somas. O debate democrático se empobrece, já que a discussão séria de idéias e projetos políticos é relegada ao segundo plano, e quando essas propostas são apresentadas ao público, isso é feito de forma grosseira ou, ao contrário, de forma obscura através de uma linguagem técnica do “economês” levando o debate para uma dimensão falsamente racional, distanciando ainda mais a população da realidade do jogo político.

Em um mundo onde o capitalismo é hegemônico parece uma consequência natural a substituição de velhas retóricas por um discurso derivado da Economia, ciência que pretende traduzir precisamente a lógica do capital “(com destaque, hoje, no Brasil para a tendência ao liberalismo ortodoxo oposta ao nacional desenvolvimentismo). O “dinheiro”, transformado em uma das mais fortes idéias materializadas, representa o próprio poder e torna-se o principal ponto de referência da oratória política contemporânea no Brasil. O mercado oferece os fatos legitimadores do discurso político atual, pautado por ideologias derivadas das teorias liberais e neoliberais adaptadas grosseiramente às necessidades da propaganda política que exige a persuasão do espectador, no caso, o povo. Nesse cenário as propostas típicas da esquerda tradicional perdem o poder de convencimento, taxadas como utópicas ou anacrônicas, o que leva a um gradativo enfraquecimento dos partidos de esquerda ou uma transformação radical de suas plataformas políticas para facilitar a ascensão ao poder (como o caso petista ilustra muito bem). Mas, não apenas no campo do *combate retórico* a influência da economia se faz sentir, o próprio “fazer político” é orientado pela “racionalidade” do mercado (em termos globais), toda ação política é pautada pelas exigências do mercado e abalada por sua imprevisibilidade. Os atores políticos hoje jogam o “jogo do poder” no tabuleiro do mercado e nesse teatro a arte do bom governo é contingente.

A liberdade de opinião garantida hoje no país é uma conquista notável de suma importância para o desenvolvimento da democracia, mas o que se observa é

uma dificuldade muito grande para que as vozes populares tenham repercussão no Estado. Primeiro pelo fato já mencionado da precariedade da educação no país, o que impõe percalços à retórica do povo no embate com o discurso sustentado pela elite dirigente que mesmo quando sem preparo técnico se assegura assessorada por especialistas, depois pela dificuldade de divulgação desse discurso popular na mídia controlada por grupos financeiramente mais abastados e cujos interesses raramente confluem com a vontade da maioria da população, tendendo, ao contrário, a induzi-la e moldá-la segundo os desejos das ricas elites. Dessa forma, o Estado brasileiro assemelha-se a definição de Estado acusada pelo marxismo, que vê no estado a ferramenta de uma classe para atender seus próprios interesses e manter-se no topo da pirâmide social.

Talvez hoje o termo “classe social” possa ser questionado ou re-elaborado, mas, certamente podemos identificar uma “elite” no poder que busca nele se perpetuar em detrimento do interesse público: são os políticos profissionais, indivíduos que dominam a “arte”, não do bom governo, mas sim, a “arte” de elaborar e aplicar estratégias no jogo político, visto como uma disputa pelo poder que exige uma dedicação intensa e apurada habilidade estratégica de seus atores, patrocinados por quem detém *poder econômico*.

Os agentes do mercado manipulam quando possível a política brasileira. Com freqüência podemos notar a influência de interesses privados, de atores com grande poder financeiro, interferindo na política e enfraquecendo o poder público. É muito provável que o processo de privatização de estatais brasileiras tenha sido forçado por agentes do mercado.

A desestatização de grandes empresas brasileiras foi um processo nebuloso. Muitas foram vendidas por preço muito abaixo de seus reais valores e capacidade de geração de lucros. Entre os muitos casos polêmicos, podemos lembrar aqui, para fins de ilustração, o processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), vendida durante a administração Fernando Henrique Cardoso em maio de 1997. A Estatal considerada a segunda maior empresa brasileira depois da Petrobrás foi privatizada pelo valor de R\$ 3,3 bilhões, quantia menor do que gerava de lucro a cada três meses, segundo dados oferecidos pelo *Comitê Nacional pela Vale do Rio*

Doce (movimento que luta pela anulação da privatização da companhia e que, com auxílio de outros movimentos sociais, promoveu um plebiscito popular em setembro de 2007). Estudos realizados na época da desestatização da CVRD indicavam que o patrimônio da Companhia era calculado em R\$ 92, 64 bilhões (28 vezes o valor pelo qual foi vendida), no qual se incluía a propriedade de nove mil quilômetros de estrada de ferro e 10 portos. A companhia estava presente em 5 continentes, sendo líder na exportação de minério de ferro entre outros minerais de inestimável valor para indústrias siderúrgicas do mundo inteiro (alguns com reservas apenas em solo brasileiro). Apesar de irregularidades no processo de privatização da companhia e de mais de 100 ações populares impetradas no poder judiciário contra sua venda, nada aconteceu¹².

A dilapidação do Estado brasileiro é (como já acima mencionado) iniciada com o processo de privatizações já nos primeiros governos democráticos, após o fim do regime militar. A substituição do projeto desenvolvimentista de Estado por um fazer político calcado no liberalismo ortodoxo e neoliberalismo, leva a um definhamento do Estado brasileiro que diminui sua interferência na economia e abre espaço para a iniciativa privada.

4.1 A opção não-institucional no Brasil

É possível pensar a política fora da arena do Estado. Mas, não há como negar que toda tentativa de ação política não-institucional (fora da política tradicional) irá se

¹² Informe da Agência Brasil (Empresa Brasil de Comunicação – EBC): “Brasília - A Central Única dos Trabalhadores (CUT) estima que pelo menos 1 milhão de pessoas votaram contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, vendida em leilão em 1997. Do dia 1º ao 9 foi realizado plebiscito em todo o país para saber a posição da população sobre o assunto. Dezenas de entidades da sociedade civil participaram da organização. Até agora foram apuradas as urnas de 17 estados, e a totalização está prevista para domingo (30). A central computa que 97% dos votos foram pelo retorno da Vale à União. Além da CUT, participaram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Pastoris da Igreja, e outras entidades representativas, tendo algumas delas incluído no questionário outras questões. (Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/09/24/materia.2007-09-24.6737598608/view>)

orientar pelo Estado como bússola. ONGs buscam recursos no Estado para realizarem seus projetos e muitas são as que mantêm um vínculo com partidos, lucrando com o jogo político “oficial”. O mesmo acontece com movimentos sociais, muitas vezes transformados em “reservas de força política” prontas para serem adicionadas às estratégias de quem está no poder.

O Estado pesa sobre a sociedade civil e é muito difícil a realização de qualquer projeto relevante para os interesses do coletivo que não seja por intermédio do próprio Estado, negociando-se com quem o administra. Já que o Estado também coordena a economia, interferindo no mercado nacional, determinando por meio do controle de juros, da burocracia ou da cobrança de tributos, a possibilidade de competitividade ou lucratividade de empresas privadas... Podemos dizer que a própria iniciativa privada é obrigada a negociar com o governo ou patrociná-lo.

No que diz respeito ao movimento sindical podemos observar que os sindicatos perderam sua independência, sua força de ação livre no jogo político brasileiro. Muitos líderes sindicais do movimento operário atrelam-se ao partido que controla o poder Executivo¹³.

O motivo da ação sindical sempre foi particular, cada sindicato defende interesses corporativos e mesmo que categorias próximas combinem suas forças,

¹³ Para ilustrar o que foi afirmado, apresento trechos do trabalho “A relação partido/sindicato: um estudo de caso” de Cristiane Leyendecker de Lima, onde a autora oferece alguns exemplos do comportamento dos sindicatos em aproximação aos interesses do partido que controlava o poder Executivo do Estado brasileiro em 2003 e até o momento de conclusão dessa monografia (2009):

-“O presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABC, Luiz Marinho, aceitou a sugestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e vai se candidatar à presidência da maior entidade sindical do país, a Central Única dos Trabalhadores (CUT)(...) Caso assuma a presidência da CUT, Marinho poderá fortalecer a entidade para que ela tenha um papel estratégico na negociação do novo contrato social defendido pelo presidente (Correio Braziliense, 29 jan.2003.)

-Declaração do Presidente da CUT em 2003: “(...) no final do dia ele deu um alento ao governo ao se declarar contra a greve proposta por algumas organizações sindicais e ainda desdenhar da passeata, deixando transparecer que reina no movimento sindical a mesma divisão que impera na bancada petista. Marinho foi direto, ao se referir à proposta de paralisação. 'Não temos ainda mobilização suficiente.' Afirmou o presidente da CUT logo depois de audiências com ministros no Palácio do Planalto”, Correio Braziliense, 12 jun.2003 p.2.

-A vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2002 marca um novo e promissor período histórico na política brasileira, após mais de uma década de governos neoliberais que impingiram fortes derrotas ao sindicalismo combativo, através de privatizações, retirada de direitos trabalhistas e sociais, entre outras medidas. A estratégia de atuação da CUT no governo lula, portanto, não pode ser a mesma utilizada nos governos anteriores... Documento oficial, 8º congresso nacional da CUT, 2003.

(Trechos do trabalho “A relação partido/sindicato: um estudo de caso”. Cristiane Leyendecker de Lima 2004. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília.)

nunca é um interesse nacional que se almeja (a não ser que isso venha a beneficiar a categoria em questão como mera consequência estratégica de um desejo particular). É uma motivação corporativa (da categoria) o que incita o movimento sindical, mesmo que seja levantada uma bandeira aparentemente popular ou pretensamente universal, como a da “causa operária” ou a dos “trabalhadores”, bandeira que o partido no governo¹⁴ também levanta.

Uma ação política independente pode ser identificada no pensamento, expresso, de intelectuais que, ao concentrarem atenção sobre o “fenômeno político”, exercitando a crítica racional, podem retirar o véu de “aparência” da política brasileira, clarificando para si mesmos e para seus concidadãos a realidade nacional. É tarefa para intelectuais, compilar dados e construir conceitos que apontem uma possível transformação da práxis política para melhor ou que, ao esclarecerem a realidade, aumentem o poder de pressão do povo contra as elites no poder.

Mas, onde estão os intelectuais¹⁵ brasileiros? E, “se estão por aí”, em quais abismos desaparecem os seus discursos?

¹⁴ Ano 2009, segunda gestão Luiz Inácio, Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ “O terrível é que nesse mundo de hoje, aumenta o número de letrados e diminui o de intelectuais. Não é este um dos dramas atuais da sociedade brasileira? Tais letrados, equivocadamente

5. CAPITALISMO INTERNACIONAL E GLOBALIZAÇÃO CULTURAL

A proliferação no mundo do acesso as novas tecnologias (televisão, microcomputadores, Internet, telefonia celular...) disseminadas pelo capitalismo em pleno processo de globalização, facilitam a difusão da cultura ocidental pelo mundo. Nesse movimento de expansão dos valores peculiares do ocidente, o ideal democrático e a noção de direitos fundamentais do indivíduo também são levados a outras culturas humanas causando influência significativa no comportamento das pessoas e instituições políticas.

Sociedades conservadoras (nas quais a tradição ainda ostenta sua força) , onde a liberdade e os direitos políticos são controlados ou praticamente não existem, passam a sofrer a pressão que essas novas idéias representam frente a seus valores tradicionais. Nessa situação de confronto cultural, surgem duas possíveis alternativas. A primeira possibilidade pode ser a assimilação e adaptação da cultura local nessa ainda amorfa cultura global, guardando ainda suas particularidades. Outra opção pode ser a reação violenta frente ao novo cenário internacional, reação essa que se apresenta em forma de fundamentalismo agressivo. Essa segunda opção representa a última defesa desesperada da tradição ameaçada.

No que diz respeito às culturas que se adaptam à globalização sem a agressividade fundamentalista, podemos analisar melhor a denominada “unificação da cultura global” lembrando as observações do antropólogo Marshal Sahlins (um dos defensores da *“etno-história”*). Em seu ensaio *“Adeus aos Tristes Tropes”*, publicado na obra *“Cultura na Prática”* (2004), o antropólogo apresenta uma interpretação diferenciada sobre o contexto contemporâneo de “unificação cultural global”.

Para Sahlins a “modernidade global se reproduz como diversidade local” pois, o choque entre a cultura ocidental (espalhada pelo mundo pelo capitalismo em sua forma liberal e imperialista...) e as culturas locais, se apresenta em uma forma de

assimilados aos intelectuais, ou não pensam para encontrar a verdade, ou, encontrando a verdade, não a dizem”.(Milton Santos - “Por uma outra globalização”. 2000, p.74).

relação dialética, onde a síntese representa uma adaptação da cultura local (seguindo uma coerência própria) aos ditames da cultura ocidental hegemônica.

As culturas locais não necessariamente irão se extinguir diante da cultura hegemônica, o que se nota é uma reação derivada de uma autoconsciência cultural que busca a preservação da identidade cultural local. Muitas vezes valores e objetos produzidos pelo modo de produção capitalista imposto, são aproveitados criativamente pelas culturas locais afirmando a moral e potencializando as crenças dessa cultura. Isso demonstra que toda cultura (segundo o autor) é uma ordem cosmológica e por essa característica demonstra-se capaz de assimilar ou traduzir qualquer informação externa (estranha a seu “mundo simbólico” peculiar.).

Para o autor tudo levaria a crer que o mundo estaria se transformando em um “sistema global de culturas”. O capitalismo ocidental é hegemônico e pesa sobre o mundo, mas em contato com culturas locais não produz total aniquilação dessas culturas e sim sincretismo reativo. Os povos se defendem contra a aniquilação de suas identidades culturais e se adaptam a um novo contexto mundial.

A economia de mercado “*ao atrelar uma idéia absoluta de racionalidade a uma lógica relativa de signos*” (Sahlins.2004) inaugura uma era de liberdade simbólica abrindo espaço a subversão cultural. Um bom exemplo para ilustrar o que aqui estamos descrevendo é o caso, citado por Sahlins (2004, p.528), do artista de Formosa que abominava os valores espalhados pelo mercado globalizado, mas que se aproveitava de um estilo de vida burguês (vendendo suas obras e produtos étnicos em lojas de sua propriedade) ao mesmo tempo em que defendia um discurso de oposição ao capitalismo, declarando abertamente seu ideal de restauração da cultura nativa (sem cinismo, aparente).

As culturas locais são pressionadas pela expansão no mundo das idéias políticas ocidentais, com ênfase ao modelo liberal de democracia, combinado ao modo de produção capitalista.

Embora, haja espaço para certa “liberdade simbólica” (bem restrita na verdade), as bases estruturais das sociedades humanas são gradualmente modificadas pela globalização acelerada. O capitalismo que se espalha pelo mundo modifica as economias nacionais (cada vez mais dependentes do mercado

internacional) e promove relevantes modificações nos sistemas políticos locais, diminuindo a autonomia dos Estados-Nação.

A popularização da democracia e do liberalismo pelo mundo é facilitada pelo mercado em sua manifestação midiática ou através da pressão política e comercial, em casos extremos a força bélica é empregada (exemplo da guerra do golfo, quando após a vitória do exército estadunidense e queda da ditadura de Saddam Hussein, foi instaurado um governo pretensamente democrático no Iraque “semidestruído”).

O mercado capitalista se beneficia da democracia e da ideologia liberal, mas não necessariamente depende dessas idéias para obter êxito, já que o lucro pode ser alcançado mesmo em um território dominado pela opressão política, como a China ainda se faz um exemplo. Isso demonstra a capacidade adaptativa do capitalismo às circunstâncias locais.

6. O MERCADO INTERNACIONAL E A CRISE DO ESTADO-NAÇÃO

A economia que corre por meios eletrônicos se encontra quase livre das restrições de territórios. A ação de grandes empresas foge ao controle estatal, prejudicando muitas vezes as pretensões dos governos em promover políticas sociais. Essa é uma nova era da economia de mercado, reorientada pela ideologia do novo liberalismo e impulsionada pela modernização tecnológica. Nesse contexto o Estado-Nação perde seu lugar de proeminência enquanto aumentam o poder das grandes corporações, empresas transnacionais.

O *capital* não respeita fronteiras e seu livre movimento fluído prejudica as políticas nacionais de administração da economia. Essa situação gera um tipo de economia financeira imprevisível, que foge aos controles dos Estados nacionais. Uma situação que alimenta o descrédito nos dirigentes políticos. Mesmo a distinção entre mercado interno e internacional é hoje algo difícil de detectar. Sobra ao Estado, hoje, o poder de exercer legitimamente a força dentro de seu território e controlar pela coerção toda comoção popular, servindo aos interesses dos agentes privados.

Com sua base material, sua soberania e independência anuladas, sua classe política apagada, a nação-estado torna-se um mero serviço de segurança para as mega-empresas... (“Subcomandante Marcos”, citado por Bauman em *“Globalização. As conseqüências humanas”*, 1998, p.74)

O enfraquecimento do papel do Estado como agente promotor do bem estar-social e regulador da economia inspira nos indivíduos um crescente descrédito na efetiva importância da política tradicional para a solução dos problemas mais relevantes para a sociedade. Seguindo os preceitos do neoliberalismo, propagado pelas instituições financeiras internacionais (como o FMI e Banco Mundial), os Estados diminuem. Bom exemplo disso é o programa de privatizações (as privatizações minam a resistência do Estado por dar fim a fontes importantes para a geração de receita.) adotado em muitos países em desenvolvimento da América latina. A onda de privatizações contribui para a redução da capacidade estatal de

promoção de *bem-estar* social e regulação da economia. Nesse cenário há um aumento da vulnerabilidade dos países a fatores externos.

Qualquer reação do Estado na tentativa de intervir na economia pode deflagrar uma crise no mercado financeiro de proporções internacionais em prejuízo do próprio Estado. A intervenção apenas se faz aceitar quando o colapso da economia financeira exige uma injeção de investimentos estatais para socorrer atores em agonia.

O Estado-Nação passa na atualidade por uma crise de legitimidade ocasionada pela nova conjuntura mundial. A globalização em seu movimento vertiginoso compõe as linhas de um novo enredo, onde as bases das velhas tradições diariamente sofrem a corrosão da fluidez das informações no tempo-espaço comprimido, fenômeno propagado pelas novas tecnologias de comunicação nos quatro cantos do globo. Idéias, fatos, valores, notícias, acontecimentos políticos, representações, etc, espalhadas pelo planeta dão luz à possibilidade de transformação cultural das comunidades humanas, rompendo com a rotina de tradições que, antes, quando tudo era mais “lento” e “seguro”, com maior facilidade se autoperpetuavam no tempo, permanecendo, mais facilmente, com poucas mudanças geração após geração. O choque de valores e visões de mundo, diversificadas nesse novo teatro global, traz a dúvida, a incerteza sobre o que no pretérito era o “firmemente estabelecido” ou quase. As várias “opções estéticas e morais” geram o questionar, alimentando a capacidade reflexiva de indivíduos humanos que não escapam ilesos da “era da informação” (denominação, cunhada por Manuel Castells, referente ao novo contexto de globalização tecnológica).

Uma maior reflexividade social, um questionar constante na sociedade a respeito de tudo em especial daquilo que era antes apresentado como algo dado, quase “natural”, atinge também as instituições políticas.

Novos movimentos sociais trazem para a “praça pública” questões antes negligenciadas pelo Estado, e os próprios indivíduos mais esclarecidos diante da overdose de informações que os meios de comunicação espalham constantemente por meios diversos (Internet, jornal, televisão, rádio...) agora também exigem mais de

seus representantes ou, de maneira diversa, negam a importância da política tradicional em uma atitude negativa de apatia.

A fraqueza do Estado é acompanhada de um maior espaço para a expressão mais livre dos interesses dos proprietários dos meios de produção. O mercado internacional personifica o ideal do liberalismo econômico, como um espaço para a encenação de grandes empresas transnacionais em busca do objetivo fundamental do capitalismo: o lucro.

As transnacionais representam fielmente a ideologia do novo liberalismo econômico, suas estratégias para obtenção de sucesso no mercado também interferem na política e conseqüentemente na vida de todos que das decisões políticas dependem. Como a moral básica que acompanha o modo de produção capitalista aos moldes neoliberais, exclui de forma sutil, ou muitas vezes escancarada, os interesses dos menos providos de bens e, sendo o mercado capitalista, hoje, a mola propulsora mais importante do processo aparentemente irremediável da globalização, o que se apresenta aos olhos dos observadores contemporâneos mais atentos é o que Hayek preconizava como um ideal: *um mundo de competição e seleção entre indivíduos "livres" dependentes da própria iniciativa ou habilidade para o jogo do capital*. O que em uma ótica mais realista pode ser traduzido como a exclusão dos desprovidos de bens, marginalização dos sem sorte, daqueles que nasceram na pobreza gerada pela própria sociedade capitalista ou que não assimilaram muito bem o sentido e a intenção do jogo.

Há outras opções nesse cenário?

7. O DESEQUILÍBRIO DO MUNDO CAPITALISTA E A BUSCA DE ALTERNATIVAS

Podemos supor que, sem negar o capitalismo que hoje parece um gigante invencível, encontramos alternativas para viver *no capitalismo um capitalismo mais justo*, se por justiça entendermos uma melhor distribuição de recursos e oportunidades. Isso certamente dependeria de um maior esclarecimento, ou antes, de um processo de educação das sociedades humanas (ou da sociedade humana global, se é que podemos nos expressar dessa forma) para a democracia e para a liberdade. É necessária uma *Ética para hoje*.

Mas a democracia por si mesmo não garante a proximidade com aquilo que imaginamos ser uma “sociedade justa”, é necessário que venha acompanhada de uma ideologia que popularize o respeito mútuo entre os indivíduos, garantindo a manutenção do direito à liberdade e não apenas a liberdade, mas, a uma vida digna, ou seja, uma existência propícia para cada indivíduo desenvolver suas capacidades humanas da melhor maneira possível que sua vontade e racionalidade desejarem, sem prejudicar o equilíbrio da sociedade a qual pertence.

Um grave problema que se intensifica com a globalização é a reação negativa e agressiva dos fundamentalismos, ideologias radicais tecidas com resquícios de tradições sufocadas pela globalização em progresso. O fundamentalismo nada mais é que a reação desesperada daqueles que sentem o desamparo gerado pela carência de referenciais seguros e se deparam com a miríade de visões de mundo que correm pelos canais das redes de informação.

Ironicamente, quando se manifestam nos países democráticos do ocidente, os movimentos fundamentalistas se beneficiam da própria liberdade de expressão assegurada pelos direitos individuais contra os quais lutam. Um exemplo curioso foi a polêmica, relativamente recente, referente às charges publicadas em um jornal Dinamarquês que satirizavam o profeta Maomé. Essas charges aparentemente inocentes, na visão ocidental, geraram a revolta de radicais islâmicos por todo o planeta. Manifestações violentas contra o que foi classificado como “insulto à fé

islâmica”, espalharam-se mesmo em alguns países europeus. Na Inglaterra, por exemplo, manifestantes islâmicos ostentavam cartazes com frases de protesto contra o próprio direito à liberdade de expressão do qual eles mesmos se utilizavam para gritar sua indignação.

As comunidades humanas não são mais isoladas umas das outras. As populações aumentaram e os meios de transporte e comunicação, hoje muito mais velozes, possibilitam a intensificação de um intercâmbio cultural cada vez mais acentuado independente da vontade dos indivíduos. Não há como fugir do novo teatro global, podemos apenas optar pela apatia ou pela reação positiva ou negativa: abster-se e viver como se nada tenha mudado ou como se nada fizesse a menor diferença; procurar construir um projeto de vida dentro das possibilidades oferecidas, ou ainda negar tudo o que se passa no mundo e voltar-se contra esse mesmo mundo, que não agrada, com violência. Há quem acredite na possibilidade de criação de novas possibilidades para a vida política e social, se essa opção existe não devemos ser ingênuos de esquecer as muitas restrições que o capitalismo impõe sobre as sociedades que a ele aderem (espontaneamente ou forçadamente) sendo que ainda podemos falar em peculiaridades regionais nesse cenário global.

O mercado capitalista internacionalizado não é, como alguns ideólogos liberais esperavam, um mecanismo *auto-regulativo* autônomo e potencialmente promotor de racionalidade social que continuamente iria se auto-aperfeiçoar e até mesmo auxiliar na promoção da justiça social. As repetidas crises enfrentadas pelo capitalismo no último século (XX) e hoje, demonstram no plano econômico político e social, sérios problemas que devem ser concertados com urgência para a preservação não apenas do próprio capitalismo, mas principalmente das sociedades que nele prenderam suas bases.

O “*laissez-faire*” foi longe demais, essa liberdade não foi aproveitada com sabedoria pelos especuladores aventureiros da economia financeira, e pelas empresas que tudo fazem pela obtenção de lucro sem levar em consideração as conseqüências danosas de algumas de suas ações. É claro que mesmo no desastre alguém sempre sai ganhando o que lembra a acusação marxista de que no capitalismo sempre alguns sairão lucrando à custa do sofrimento de muitos.

Em uma crise como a que vivenciamos hoje, os maiores perdedores não estão do lado dos proprietários dos meios de produção. Quando a calamidade bate a porta das grandes empresas e bancos, é ao Estado que esses atores recorrem com urgência. O mesmo Estado que teoricamente é patrimônio público e que na prática é sustentado pelo dinheiro do contribuinte sem muitas vezes dar um retorno adequado.

Boa parte do dinheiro público (dinheiro desembolsado pelos indivíduos que pagam tributos ao Estado), é destinado em tempos de crise para salvar o patrimônio privado à beira da falência. Esses indivíduos que sustentam a máquina estatal com os impostos que pagam, em sua grande maioria, não usufruirão jamais do lucro que as empresas e bancos, auxiliados pelo Estado, possam, por ventura, gerar. Mas, há uma justificativa para o que parece uma injustiça escancarada. O argumento fortemente apelativo é o da *dependência da economia nacional*, explicando: sem essas empresas, sem esses bancos, o mercado entra em colapso, a economia nacional sucumbe o mundo capitalista sofrerá pesadas conseqüências.

O capitalismo depende da iniciativa privada, de quem move o capital e agora depende também oficialmente do Estado, aquela difamada instituição que sempre podia atrapalhar a liberdade do mercado. Agora o capitalismo reconhece na práxis que, sem o Estado (ou melhor, sem o dinheiro público administrado por quem controla o Estado), a crise dificilmente poderia ser sanada. E quem efetivamente controla o Estado?

O liberalismo, somado ao capitalismo, ostenta a liberdade: do mercado, de expressão, de iniciativa, de escolher representantes... Mas, poucos podem exercer a liberdade, pois, em uma sociedade capitalista essa se restringe aos limites das posses. Como sobreviver sem poder aquisitivo em uma sociedade capitalista? Seria possível ainda viver isolado em comunas auto-suficientes em plena era da globalização? Onde encontrar a terra, o espaço para viver longe da sociedade capitalista? É muito provável que a resposta para essas questões seja negativa. Mas, a questão realmente relevante que podemos nos fazer hoje é: como viver no capitalismo da melhor forma possível sem acabar com tudo aquilo que possibilita a

convivência humana, a própria vida humana e a manutenção da existência do planeta como um hábitat apto à vida? Um novo “*Esclarecimento*”¹⁶ pode ser uma opção.

¹⁶ “Esclarecimento [Aufklärung] é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. Sapere aude! Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento. (...) Esse Esclarecimento não exige, todavia, nada mais do que a *liberdade*; e mesmo a mais inofensiva de todas as liberdades, isto é, a de fazer um *uso público* de sua razão em todos os domínios.(...) “. (Resposta à Pergunta: O que é esclarecimento” Immanuel Kant. 1784).

8. A CRISE DO CONTRATO SOCIAL MODERNO

Antes da sociedade havia o indivíduo livre. O homem aliena sua liberdade em nome de um pacto que garanta a preservação de seus direitos naturais... Essa é a base de algumas vertentes do contratualismo clássico. Para a vertente liberal, a liberdade individual é fundamental e o Estado não pode prejudicá-la. O pacto social não deve ferir a liberdade do indivíduo, mas garantir a preservação desse direito natural bem como o direito à propriedade. Hoje, o novo liberalismo representa a radicalização desses princípios.

Apresentando a teoria neoliberal, MacPherson observa ser o próprio direito de propriedade o que determina a liberdade real e a possibilidade dos indivíduos realizarem suas plenas potencialidades. A política, segundo essa perspectiva, é uma ferramenta útil para a proteção da propriedade e manutenção de um organizado relacionamento de trocas, já que a sociedade estaria fundamentada nas relações de trocas entre proprietários.

A sociedade torna-se uma porção de indivíduos livres e iguais, relacionados entre si como proprietários de suas próprias capacidades e do que adquiriram mediante a prática dessas capacidades.
(MacPherson. 1979.p.15).

Por antepor o indivíduo ao Estado, em escala de importância, o liberalismo se distingue da perspectiva *comunitarista* que segue uma vertente utilitarista em política (os indivíduos formam a *res-pública*, o bem comum é superior ao bem individual).

Críticos comunitaristas apontaram a fragmentação da sociedade e conseqüente crise de valores promotores de solidariedade social como uma das conseqüências do liberalismo.

Na perspectiva marxista a fragmentação social dificultaria a tomada de “consciência” de classe. Em uma sociedade marcada por profundas desigualdades entre camadas distintas da população, o pluralismo conseqüente da manifestação da ideologia liberal hegemônica (para ser mais preciso, o pluralismo de valores e interesses), dificultaria a luta por direitos das minorias divididas no interior das classes

sociais. A afirmação da diferença sem reconhecimento da dependência intersubjetiva entre concidadãos, poderia diminuir o poder do “discurso” de *solicitação de autonomia* dos desprivilegiados pelo sistema capitalista em plena democracia liberal. A ênfase nas diferenças culturais e individuais pode levar ao “tribalismo” ou a um individualismo egoísta, desviando o foque dos requerimentos democráticos do embate econômico que é a base das diferenciações entre as classes, prejudicando as lutas por uma redistribuição igualitária.

A acusada ineficiência da democracia liberal, combinada ao modelo capitalista de produção, em atender as necessidades da maior parte das populações sob seu jugo, escancara a grande vala da exclusão e marginalização social hoje acentuada em grande parte dos países inseridos no mercado internacional, seguindo a corrente da globalização. Na perspectiva da esquerda, um provável sinal de colapso do capitalismo se faz anunciar, expresso no que podemos denominar de *crise do contrato social moderno*.

Há uma contradição explícita na combinação de capitalismo, liberalismo e democracia. A liberdade dos indivíduos e a democracia altamente desenvolvida, sustentada por uma participação política relevante por parte da população, pode até mesmo prejudicar o capitalismo sem freios, já que (como os marxistas há muito proferem), é próprio do modo de produção capitalista a necessidade de exploração da mão de obra em uma disposição hierárquica da sociedade, dividida entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores. O sistema capitalista produz também a exclusão, dado que nem todos alcançam a oportunidade de vender sua força de trabalho, pois para a maximização dos lucros melhor é ao empresário aumentar a produção no menor tempo possível e com o mínimo possível de gasto, incluído nesse cálculo o gasto com os salários dos trabalhadores. Nesse processo há uma série de estratégias para aumentar a lucratividade, facilitada pela “mais valia”¹⁷,

¹⁷ “O operário se distingue dos escravos e dos servos por receber um salário determinado a partir de um contrato livremente aceito entre as partes. No entanto, para Marx, essa relação de contrato livre é mera aparência, na verdade o desenvolvimento do capitalismo pressupõe a exploração do trabalho do operário. Isso porque a capitalista contrata o operário para trabalhar durante certo período de horas a fim de alcançar uma determinada produção. Mas ocorre que o trabalhador, estando disponível todo o tempo, acaba produzindo mais do que foi calculado inicialmente. Ou seja, a força de trabalho pode criar um valor superior. A parte do trabalho excedente não é paga ao operário, mas serve para aumentar cada vez mais o capital. Como vendeu sua força de trabalho ao capitalista, todo o valor, ou

pelo uso de máquinas mais eficientes substituindo a mão de obra humana e pela propaganda intensiva que hipnotiza o consumidor. Essa incoerência do *sistema mundial* provoca a corrosão do acordo social implícito no ordenamento das sociedades contemporâneas.

O contexto contemporâneo é o cenário de um novo pacto social desigual cujo objetivo, em oposição ao antigo contrato moderno, não é mais garantir a liberdade e a segurança dos contratantes, mas sim assegurar o livre desenvolvimento do mercado capitalista sem perturbações de ordem política-estatais ou sociais. É o pacto do novo liberalismo pela preservação da lucratividade das transnacionais no livre mercado global, imposto aos mais fracos e silenciosos interlocutores. Sobre o contrato social moderno diz Boaventura:

O contrato social é a metáfora fundadora da racionalidade social e política da modernidade ocidental. Seus critérios de inclusão exclusão são o fundamento da legitimidade da contratualização das interações econômicas, políticas, sociais e culturais. (Boaventura. 2002, p.85)

Produzindo um paradigma sócio-político gerador de bens públicos (legitimidade da governança; bem estar econômico e social; segurança e identidade coletiva) o contrato social moderno chega à exaustão de seus mecanismos de gestão controlada de antinomias (regime geral de valores; sistema comum de medidas; espaço tempo privilegiado).

A crise da contratualização moderna consiste na predominância estrutural dos processos de exclusão sobre os processos de inclusão que se apresenta sob as formas de pós-contratualismo e pré-contratualismo. Essa crise traz o risco do fascismo societal que representa a ameaça crescente de um agravamento das desigualdades e misérias no planeta.

Diante dessas pessimistas constatações urge a elaboração de uma nova proposta de pacto social calcada em uma exigência cosmopolita de justiça social:

“(...) capaz de interromper o círculo vicioso do pré-contratualismo e do pós-contratualismo, por meio de uma reconstrução de um espaço-tempo favorável à deliberação democrática, almejando um novo e mais justo contrato social,

todo o produto por ele criado (o operário) pertence ao capitalista que é dono de sua força de trabalho , sendo os excedentes criados por seu trabalho explorado, traduzido em lucros para o capitalista que não reembolsa o operário, o que chamamos *mais-valia*.”(ARANHA, Maria Lúcia A. & MARTINS, Maria Helena P.” Filosofando “. 2003)”.

um contrato mais inclusivo (que incluia homem e natureza)". (Boaventura. 2002).

9. DESTRADICIONALIZAÇÃO E REFLEXIVIDADE SOCIAL

O mundo contemporâneo é o cenário da incerteza e da imprevisibilidade. Um mundo dinâmico, de devir intenso, onde nada parece permanente e toda afirmação de valores ou idéias corre o risco de naufragar no rio de Heráclito da globalização.

O advento de novas tecnologias, nas áreas de informação e transporte, possibilitou a intensificação do processo de globalização econômica e cultural, transformando também a percepção humana sobre tempo e espaço. A acelerada difusão de informações intensifica a transformação de culturas locais antes arraigadas à tradição. Movimentos de pessoas entre regiões do planeta são facilitados com os novos e mais velozes meios de transporte e a troca de representações de mundo entre indivíduos de culturas diversas é constante e rápida, com o auxílio da rede mundial de computadores e telefonia celular, bem como por intermédio da tv via satélite. A popularização da língua inglesa, como idioma mais falado no mundo atual, é de fundamental importância para a realização dessas condições.

O fato de ser o inglês a língua mais falada no mundo representa a forte influência que a cultura norte-americana exerce sobre o mundo contemporâneo. Por ser ainda uma nação capitalista hegemônica, uma potência bélica e econômica, o EUA consegue, por meio do mercado capitalista internacionalizado, espalhar sua cultura pelo planeta e com ela idéias políticas, estéticas, e morais.

O modelo de democracia liberal adotado no EUA é o modelo que se difundiu pelo mundo, essa forma de governo é considerada a mais propícia para o desenvolvimento do mercado capitalista. Um sistema democrático mundial, composto por vários Estados democráticos, facilitaria em alto grau a realização dos interesses dos agentes econômicos privados e das nações capitalistas desenvolvidas ou de “primeiro mundo”. A diplomacia e os acordos comerciais são beneficiados pela ordem democrática e pela possibilidade de diálogo que ela pode gerar. Mas, aqui falamos em “democracia liberal” e nesse sentido o diálogo esperado é pautado pela ideologia liberal, ou mais propriamente, hoje, neoliberal. Essa ideologia oferece a liberdade aos

agentes privados, que atuam no mercado, e ao Estado restrições ou imposições. O Estado se encontra constrangido a abrir as portas da economia nacional ao capitalismo global.

A situação de aparente “descontrole” e perturbação da atualidade, é definida por Giddens como uma conseqüência da “incerteza artificial” (*manufactured uncertainty*) intensificada por novos e mais abrangentes “riscos artificiais” (*manufactured risk*) provenientes da intervenção humana nas condições da vida social e da natureza.

O aceleração da troca de informações entre subjetividades e culturas, desequilibra a tradição tornando frágeis todas as velhas certezas, isso beneficia o mercado capitalista uma vez que a tradição muitas vezes é um entrave ao consumismo e a exploração, em território nacional, de empresas transnacionais de origem estrangeira.

O amadurecimento, em longo prazo, das instituições modernas e a intensificação da globalização, traz à emergência de uma ordem social pós-tradicional caracterizada pela *des-construção* da tradição ou sua reformulação adaptada à nova ordem. As tradições são colocadas sob interrogação, delas se exigem razões ou justificativas em uma nova realidade culturalmente cosmopolita. A carência de idéias referenciais aumenta a sensação de desamparo do homem contemporâneo imerso em um mar de “verdades fugidias”.

As tradições sucumbem no conflito entre culturas promovido pela globalização que, por sua vez, é conseqüência da expansão do mercado capitalista movimentado pelos interesses das grandes empresas transnacionais e poderosos Estados liberais. O mercado capitalista beneficiado pelas novas tecnologias de difusão de informação torna-se fluído escapando ao controle territorial dos Estados.

(...) num mundo em que o capital não tem domicilio fixo e os fluxos financeiros estão bem além do controle dos governos nacionais, muitas das alavancas da política econômica não mais funcionam.

(Vicent Cable, citado por Zigmunt Bauman em “*Globalização. As conseqüências humana*”, 1998, p.64).

Aos atores do mercado apenas interessa a livre ação, a obtenção de lucro e sua maximização. O que é útil ao mercado é o que “*realmente interessa*”, obter

dinheiro é “o que há de mais importante”. Essa “moral” tornou-se a referência para a interação dos indivíduos em sociedade, pois, esses valores passaram a ditar as bases para os “projetos de vida” das pessoas que nascem em um meio preparado e direcionado para o mercado, corroendo as tradições, o que acontece na maior parte do mundo contemporâneo.¹⁸

A dissolução da tradição está intimamente ligada à transformação e desaparecimento da natureza (ambientes e eventos considerados independentes da ação humana). Para Giddens tradição e natureza podem ser consideradas como “... paisagens, relativamente fixas que, por assim dizer, estruturam a atividade social...” (Giddens, 1994), o desaparecimento dessas “paisagens” abre espaço para uma disseminação da incerteza artificial por todas as áreas da vida humana, que desse modo se abrem para o processo de tomada de decisões. A destraditionalização pode gerar um aumento da reflexividade social: “em uma sociedade destraditionalizada, os indivíduos devem se acostumar a filtrar todos os tipos de informação relevantes para as situações de suas vidas e atuar rotineiramente com base nesse processo de filtragem”. (Giddens, 1994, p.15).

Porém, a *reflexividade* é o aflorar da capacidade racional humana em condições propícias, e não basta o fim da tradição para que isso aconteça. A simples derrocada das tradições, cessação de algum tipo de opressão política ou moral conservadora (que diante da nova situação mundial não conseguiu sustentar sua legitimidade) não é o suficiente para a formação de um ambiente propício à reflexividade social. Faz-se necessário a disseminação de algum tipo de novo *esclarecimento* combinado a idéia de *responsabilidade social* e ainda assim, em um ambiente onde as condições de subsistência das pessoas são péssimas (onde os indivíduos não encontram alternativas por estarem cercados pelas fronteiras do mercado que os exclui), pouco se pode esperar além da reação desesperada.

¹⁸ O consumo, tornado um denominador comum para todos os indivíduos, atribui um papel central ao dinheiro nas suas diferentes manifestações; juntos o dinheiro e o consumo aparecem como reguladores da vida individual. O novo dinheiro torna-se onipresente. Fundado numa ideologia, esse dinheiro sem medida se torna a medida geral, reforçando a vocação para considerar a acumulação uma meta em si mesma. (Santos, Milton. “Por uma outra globalização”. 2000.p.56).

O neoliberalismo, como ideologia preferencial do mercado capitalista, deu início a processos radicais de mudança (radicalismo no sentido de movimento progressivo) ¹⁹, é hoje uma das principais forças de eliminação da tradição em todo o planeta como resultado da incessante expansão de mercados e de um individualismo agressivo. Uma ideologia internamente contraditória, pois, dissemina mercado e individualismo esmagando culturas particulares (causando assim *destradicionalização*) ao mesmo tempo em que luta contra as forças *desintegradoras* que afetam a tradição, fonte de sua legitimação:

Supõe-se que o liberalismo individual reine no mercado, e as esferas de ação do mercado tornem-se muito extensas. Entretanto a expansão indiscriminada de uma sociedade de mercado é uma força fundamental a estimular as próprias forças desintegradoras que afetam a vida familiar. São essas mesmas forças desintegradoras, que o neoliberalismo, usando as vestes do fundamentalismo, diagnostica e contra as quais se opõe de forma tão vigorosa. Trata-se sem dúvida de uma combinação instável. (Giddens. 1994, p.17).

A direita, agora “radical” (pois deseja livrar-se da tradição para ver livre o mercado), preserva contraditoriamente também o conservadorismo no que diz respeito a extensão da participação popular nas decisões de governo e proteção de valores típicos da tradição burguesa europeia .

O modelo de democracia liberal representativa na prática é restritivo, pois, são os interesses de uma classe (que detém poder financeiro) os que prevalecem, visto que a própria disputa eleitoral se faz por intermédio do dinheiro que move a propaganda. Esse teatro cria armadilhas a uma possível participação efetiva da maioria menos abastada (o que de certa forma já foi tratado em outros trechos do presente trabalho).

No meio dessa nova conjuntura internacional a esquerda, antes radical e vanguardista, é hoje caracteristicamente conservadora, invertendo papéis com a direita. O projeto revolucionário radical (projeto perdido junto com o fim da URSS e o fracasso dos regimes socialistas no mundo), foi abandonado pela esquerda que hoje

¹⁹ “O radicalismo na sua essência, significava não só a realização da mudança, mas o controle dessa mudança de forma a conduzir a história para frente”.(“Para além da esquerda e da direita”. A. Giddens. 1994).

esmera-se em defender o que ainda resta do “*welfare state*”. Conservar os direitos adquiridos pelos trabalhadores é o atual papel da esquerda, que luta para evitar reformas trabalhistas e previdenciárias almejadas pelos liberais da economia.

A esquerda não é mais radical, é comedida e diplomática, social-democrata e resignada. Mas, a social democracia é ainda uma opção razoável para a promoção de maior justiça social no mundo capitalista. Essa parece ser uma boa opção, porque carrega o ideal igualitário do socialismo sem negar a realidade do modo de produção capitalista vigente. Porém, sabemos que as políticas de “bem-estar” possuem graves incoerências para com o modelo capitalista e que muitas vezes essas incoerências podem ocasionar desequilíbrios na economia. O engessamento no mundo do trabalho é um desses problemas, visto do ponto de vista dos detentores dos meios de produção. Já, do ponto de vista dos trabalhadores, uma flexibilização das leis trabalhistas seria uma ameaça à própria subsistência, o risco de iminente desemprego tornaria a rotina das pessoas algo muito inseguro e incerto.

Talvez a solução esteja realmente em um novo “*esclarecimento*” agora enriquecido com todo conhecimento que a ciência conseguiu acumular nos últimos séculos, somado as possibilidades que as novas tecnologias oferecem à espécie humana. Hoje, podemos olhar com maior clareza para toda a história que se desenrolou até nossos dias e tecer algumas observações mais precisas, aprender com os fatos acumulados e com as várias “visões” construídas para interpretá-los. Através das novas tecnologias de comunicação essas informações podem ser espalhadas pelo planeta quase que instantaneamente. Mas, todo o conhecimento acumulado de nada serve se não houver uma ética para direcioná-lo aos interesses da humanidade tomada como uma coletividade. Uma ética para o mundo globalizado faz-se necessária, uma educação para o convívio social e intercultural. O exercício da tolerância e da racionalidade para o diálogo construtivo, para o debate que almeje o consenso, respeitando os direitos humanos e a natureza.

A reflexividade social exercitada pode gerar uma transformação da sociedade e do modo de produção, mas para isso se faz necessário o poder político do Estado para realizar a mudança da ordem social por via democrática. Essa mudança almejada, nada mais é do que a justiça equitativa tão esperada por tantos

movimentos sociais e pensadores de esquerda, e não só por eles, é também o que justifica o ideal democrático enquanto tal.

A especulação financeira não pode continuar interferindo de forma descontrolada sobre o equilíbrio das sociedades em detrimento do interesse democrático e da justiça social. Da mesma forma, o consumismo sem freios não pode continuar em movimento vertiginoso, ameaçando à natureza e conseqüentemente prejudicando a própria humanidade.

O capitalismo não precisa morrer, mas deve ser orientado por uma “visão sistêmica”²⁰ e racional, para que não sucumba em sua própria voracidade e nessa queda leve consigo a humanidade e o planeta.

Urge a propagação de uma nova Ética. Mas, no que essa nova Ética poderia estar fundamentada e como poderia surtir algum efeito sobre o mundo contemporâneo? Uma reflexão sobre esse problema pode ajudar...

²⁰ Uma visão racional que reconheça o caráter sistêmico da realidade, onde todos os fenômenos estão de alguma forma inter-relacionados direta ou indiretamente. A economia globalizada muitas vezes oferece exemplos da veracidade dessa visão, quando a crise em um Estado causa uma reação em cadeia que afeta o mercado internacional, exatamente porque há uma relação estabelecida entre agentes estatais e privados, como em um sistema.

10. O ESTADO E A PROMOÇÃO DE CIDADANIA NA ERA DO MERCADO INTERNACIONAL

Mesmo se considerarmos a força de ideologias que proferem a sua minimização, o Estado ainda é indispensável para o *fazer* político.

Por meio do Estado (e aqui nos referimos ao Estado democrático) a política se formaliza legal e materialmente, ganha “mente e corpo”, assume uma racionalidade cristalizada. Ao se formalizar, a política se transforma em máquina (metáfora muito apropriada), a burocracia é seu “sistema operacional” que do ponto de vista normativo se mantém independente dos que controlam o Estado até que seja transformada legalmente pelos mesmos, sendo que aqueles que controlam o Estado, em uma democracia representativa, são escolhidos por sufrágio para representar os interesses dos cidadãos que os escolheram.

A força que controlar o Estado poderá se mover dentro da norma ou burlando-a, mas a norma tem o poder da legitimidade diante do qual o julgamento da moral coletiva irá se pautar, sendo a norma garantia (ideal, mas nem sempre real), para a coletividade, de que o “fazer político” deve obedecer a uma intencionalidade: “o que é desejado pela sociedade”. Na carta magna do Estado estão explícitas as leis que orientam e legitimam o exercício do poder democrático. Os interesses divergentes em uma sociedade democrática são administrados (ou pelo menos em teoria) segundo leis condensadas na constituição que rege o “Estado democrático de direito”. O jogo político deve respeitar essas normas que estabelecem e asseguram os direitos dos indivíduos à participação nas decisões políticas da sociedade a que pertencem, segundo o que é permitido. Essas leis devem atender aos direitos básicos dos cidadãos e proteger suas liberdades fundamentais, condições essas sem as quais dificilmente um sistema democrático sobreviveria.

Para a preservação da ordem democrática cabe ao Estado exercer quando necessário seu poder policial. Dessa forma se diz, que o Estado detém a legitimidade no uso da força.

O poder pode criar e manter o direito mas só o direito pode limitar o poder. Mesmo o Estado no uso de seu poder de coerção deve obedecer a restrições legais, pois um Estado democrático é um Estado de direito onde a sociedade está estruturada em bases legais, normas asseguradas pela constituição. Os próprios legisladores estão submetidos a essas normas.

À ação real do governo manipulando o Estado, dentro ou fora da norma, soma-se o discurso e a propaganda oficial. Nessa perspectiva o exercício do poder depende de um jogo de aparências que não se restringirá apenas ao Estado propriamente dito e seus administradores, mas que envolverá todo meio de divulgação de informações sobre os mesmos.

Por “*meio de divulgação de informações sobre o Estado e atores políticos*” (muitas vezes independente do próprio Estado), podemos definir toda mídia dedicada a esse objetivo. A mídia então terá papel decisivo no rumo do “jogo de aparências” podendo prejudicar ou facilitar o desempenho de atores políticos.

Em uma democracia representativa o sistema partidário estabelece a ligação entre o governo e os cidadãos, os partidos são os únicos sujeitos autorizados em manter uma ponte oficial entre Estado e sociedade civil.

Toda essa estrutura de poder, voltada para a administração da demanda social, representa o sistema democrático através do qual a sociedade mantém sua unidade política apesar da diversidade de interesses dos indivíduos.

É papel do Estado, promover a educação da população para a cidadania, criar condições na sociedade para a realização da democracia. Nesse último aspecto o neoliberalismo levanta uma polêmica expressa na pergunta: *O Estado controlando a educação não poderia interferir na liberdade dos indivíduos?*

Para muitos novos liberais não caberia ao Estado manter um sistema educativo que alcançasse a totalidade da sociedade. O Estado é visto como uma ameaça à liberdade individual e poderia disseminar informações tendenciosas, favoráveis ao governo²¹. Essa é também uma crítica marxista, porém, para os

²¹ É necessário destacar que nem todos os ideólogos neoliberais são contra a idéia de uma educação promovida pelo Estado. Hayek, por exemplo, em entrevista descrita no livro “Neoliberalismo: de onde vem para onde vai” de Reginaldo Moraes, 2001 (p.75), diz ser essa uma das funções do Estado, “*custear se não toda pelo menos alguma forma de Educação*”. Porém, a tendência do discurso liberal é

marxistas o Estado serve aos interesses da classe burguesa e dessa forma também seria útil aos manipuladores do mercado divulgando a ideologia mais propícia para esses atores: o liberalismo econômico.

Embora a acusação marxista deva ser levada em consideração como uma constatação de um fenômeno político real, essa observação é parcial. Notamos que muitas vezes há divergência entre a classe política e os interesses do mercado. Há, até certo ponto, uma autonomia da classe dirigente que com freqüência age de acordo com o que lhe é mais proveitoso na manutenção de seu status de poder. Mas, o compromisso dos políticos profissionais para com setores fortes do empresariado e do mercado financeiro em geral é uma constante nas democracias contemporâneas, essa é a questão do financiamento das campanhas eleitorais.

O financiamento privado de uma campanha eleitoral estabelece um compromisso entre o político e seu “patrocinador”, vínculo esse que pode prejudicar a democracia, já que os eleitores correm o risco de serem ludibriados no que diz respeito às reais intenções de seus representantes.

O cidadão comum não é o “patrocinador” da campanha, mas, é o voto almejado.

Grandes somas de dinheiro são hoje destinadas ao financiamento de campanhas nas eleições democráticas de vários países do mundo, ao ponto disso se tornar um fator determinante no sucesso ou derrota de candidatos. A propaganda persuasiva, esteticamente muita bem preparada por especialistas, a transformação da imagem do político nos programas transmitidos via televisão durante o horário eleitoral ou na encenação em comícios extravagantes com a participação de artistas populares, etc. Tudo com auxílio de profissionais altamente qualificados para o marketing político. Essas novidades da disputa política atual transformam a democracia contemporânea, nos países ocidentais, em um espetáculo teatral distante dos ideais dos primeiros pensadores democratas do iluminismo.

O mercado propaga e se afirma através do consumismo que, estimulado pelos meios de comunicação, que deflagram a propaganda nos quatro cantos do mundo,

defender uma educação básica, financiada pelo Estado, direcionada para a formação de força de trabalho, (e pregar a privatização do ensino superior).

difunde e fortalece o modo de produção capitalista. O consumismo é produto de uma moral peculiar ao capitalismo, que afeta o comportamento dos indivíduos, moldando as sociedades humanas. A ciência e a educação são voltadas aos interesses do mercado, a arte é transformada em produto... E assim a cultura em geral é modificada pelo capitalismo.

A ideologia política e econômica que comumente soma-se ao capitalismo é o liberalismo, em suas diferentes versões. Hoje, o novo ou *neo-liberalismo*²² é a teoria que sustenta no âmbito intelectual (e como discurso oficial dos “porta vozes” do mercado), o *mercado capitalista internacional*, influenciando até mesmo nações onde regimes políticos são opostos ao modelo liberal de democracia, embora nesses regimes apenas no âmbito econômico o liberalismo se faz sentir, pois, no que se refere aos direitos de liberdade individual, muitas nações que adotaram o capitalismo deixam a desejar.

A idéia de lucro orienta as ações no mercado e na sociedade, o dinheiro é o objeto de desejo, o poder que possibilita a concretização de projetos de vida. Nesse cenário, poucas possibilidades restam a *formas de viver* alternativas, pois, o hábito do consumo e a propaganda, que alcança a todos a todo instante, influencia o querer e a intencionalidade das pessoas. Esse conjunto de valores e idéias (mistura de liberalismo, consumismo e propaganda comercial intensiva.) gera um tipo de individualismo egoísta que mina a solidariedade social, prejudicando a realização efetiva da democracia. O homem persegue o próprio interesse tanto no mercado econômico quanto no político e com o ausente crescimento da educação para a cidadania essa situação é agravada.

O novo liberalismo, ao pregar uma liberdade extrema ao mercado e restrições severas ao poder interventor do Estado, mina a capacidade da política tradicional em promover a cidadania, abrindo assim espaço para a ação livre de agentes privados na economia que, ao buscarem apenas a satisfação de seus próprios interesses

²² O neoliberalismo é: “(...) a ideologia do capitalismo na era da máxima financeirização da riqueza, era da riqueza mais líquida, do capital volátil” (Reginaldo Moraes. 2001). Uma Ideologia voltada para o combate às formas de regulação econômica típicas do século XX (socialismo, keynesianismo, Estado de bem-estar, desenvolvimentismo latino americano...).

particulares, em especulação financeira desregrada, podem gerar o colapso de economias nacionais, afetando a estabilidade do mercado internacional.

11. A NECESSIDADE DE UMA NOVA ÉTICA PARA O MUNDO GLOBALIZADO

É próprio do ente humano (animal social) buscar interação com semelhantes e com o ambiente que o cerca, respondendo as necessidades que sua condição humana determina, ultrapassando a simples sobrevivência, atendendo as solicitações de sua consciência viva (consciência de si, consciência de estar)²³, o que realiza por intermédio de sua capacidade racional²⁴, sensibilidade²⁵ e imaginação. Como “ente no mundo”, ligado no convívio social ao coletivo, sua resposta mais imediata é reagir a um conjunto de “representações de mundo” comunicadas por meio da linguagem padrão da comunidade a qual pertence, ou do simples contato com semelhantes próximos. O indivíduo assimila assim, gradativamente, uma cultura social.

Cada comunidade humana tomada em particular tende a produzir “representações de mundo” em consonância com o ambiente onde vive. Mas, hoje nos deparamos com o fenômeno da *globalização* não apenas econômica, mas, também cultural alavancada pela disseminação da cultura ocidental e do modo de produção capitalista (originado nas comunidades européias) pelo planeta. Esse processo de “unificação cultural” do mundo pode ser visto como um embate entre culturas diversas e adaptação à “moda global” por parte de culturas locais, quando essas não sucumbem às representações de mundo hegemônicas.

²³ O conceito de *consciência*, aqui pode ser descrito como: qualidade ontológica do animal humano ciente de sua própria existência e de sua própria capacidade de percepção sensível e intelectual. Ser consciente é ser capaz de perceber-se como ente ciente de seus estados sensíveis em relação com o outro (outro semelhante; objetos; o mundo como um todo; o ambiente; fenômenos sensíveis; o próprio corpo...). Uma das peculiaridades da “consciência humana” é sua capacidade de criar representações de “mundo”, uma idéia ou imagem complexa do universo.

²⁴ O conceito de *razão*, aqui pode ser definido como: capacidade lógica reflexiva da consciência humana, através da qual esta pode melhor compreender os movimentos regulares e irregulares dos objetos no mundo e em seu corpo psicofísico (corpo físico e mente - a mente inclui a imaginação e memória...), analisar, encontrar semelhanças e diferenças entre objetos e defini-los conceitualmente - onde se inclui um olhar para si mesma (a consciência definindo-se por meio da razão, pensando a si).

²⁵ A palavra *sensibilidade*, no texto tem o mesmo significado de *intuição empírica*.

Reconhecendo o homem como animal social, não podemos, porém, esquecer as peculiaridades subjetivas de cada indivíduo humano. Um indivíduo humano não é simples parte do coletivo, mas é também *consciência* em interação com o mundo e nesse sentido afirmamos a dependência do homem com relação à natureza. A forma como cada indivíduo humano irá reagir ao mundo será própria de seu “eu”, levando em consideração a realidade na qual sua consciência vive. Esses pressupostos são imprescindíveis para um maior esclarecimento sobre a realidade humana na contemporaneidade, na era da globalização que intensifica choques culturais.

Mas, a globalização cultural não é destruição de diferenças, muitas das quais se assumem em contraponto a essa situação histórica.

Partindo de um olhar sobre a situação das diferenças culturais no mundo e das diferenças individuais dadas pela subjetividade de cada ente humano, obrigado somos a pensar uma teoria (visão) que oriente nosso agir no mundo guiando nosso comportamento diante do “outro”. Uma ética pensada para a nova situação do mundo humano, algo para atender a realidade contemporânea, fundamentada em princípios filosóficos que assegurem a afirmação das peculiaridades de cada indivíduo desde que suas ações não prejudiquem a sociedade e a natureza da qual é parte consciente.

As diferenças, a variedade de representações de mundo, podem ser positivas para a espécie humana, mas só uma *ética para a convivência* pode amenizar o embate entre culturas e a violência social quando esses nascem do desespero e do desprezo pelo “outro”. Tal ética é uma exigência de nossa capacidade racional, instigada por uma volição de transformar o mundo em um ambiente mais propício para a vida humana. Essa possibilidade pode ser construída não só através da reflexão filosófica (preocupada com a práxis social), mas, também por intermédio do desenvolvimento da democracia participativa, sem a qual não pode vingar.

12. A EMERGÊNCIA DO DIÁLOGO

Em expansão o capitalismo se defronta com os limites ambientais (recursos do planeta); com os limites da modernidade (incerteza artificial) e com a incapacidade do modelo liberal de democracia em atender as demandas de uma cidadania reflexiva crescente, em um mundo onde o fluxo de informação é contínuo. Nesse contexto, surgem novas alternativas sociais, como a ascensão das *micropolíticas* (novos movimentos sociais com objetivos específicos), ONGs, movimentos ecológicos, movimentos de minorias étnicas, feministas, etc. Esses fenômenos são resultados de uma constatação sobre a incapacidade do Estado liberal em dar conta da nova realidade. A ação política então, se estende para o cotidiano social, transcendendo a arena da política institucional tradicional.

O processo de globalização nem sempre é encarado de forma positiva por grupos humanos que sentem suas “verdades” fragilizadas diante do embate de valores e crenças do mundo cosmopolita. O fundamentalismo ou a defesa “tradicional da tradição” é uma reação negativa caracterizada como “*rejeição de um modelo de verdade ligado ao engajamento dialógico de idéias em um espaço público*” (Giddens, 1994). Essa reação apresenta um potencial para a violência sendo um sério risco para a estabilidade das interações entre comunidades e indivíduos. Urge a restauração das solidariedades danificadas, o que pode implicar em preservação seletiva ou mesmo reinvenção da tradição em uma tentativa de reordenação das condições da vida coletiva e individual. Nesse sentido a noção de *democracia dialógica* demonstra-se como uma forma de promover a pacificação pela via do diálogo, considerando que o controle dos meios de violência é problema grave no mundo contemporâneo, representando um sério desafio para a democracia.²⁶

²⁶ “(...) sabemos por experiência própria que no momento mesmo em que a democracia se expande ela corre o risco de se corromper, já que se encontra continuamente diante de obstáculos não previstos que precisam ser superados sem que se altere sua própria natureza, e está obrigada a se adaptar continuamente à invenção de novos meios de comunicação e de formação da opinião pública, que podem ser usados, tanto para infundir-lhe nova vida quanto para entorpecê-la. (Bobbio, N. -“O Futuro da Democracia”, 2000.p.17)

A preservação da democracia no mundo também depende da sua popularização entre as nações.

Lembrando a reflexão kantiana expressa na obra *“A paz perpétua: um projeto filosófico”* (Immanuel Kant. 1795/96), podemos conjecturar, bem como fez o autor, que um Estado democrático não pode sobreviver sem que no mundo a democracia também esteja em um grau elevado de difusão. Esse raciocínio reconhece a dependência entre os Estados, mas também preconiza o ideal de disseminação da democracia pelo mundo para evitar seu perecimento. A questão é como espalhar a democracia sem recorrer a métodos antidemocráticos que poderiam colocar em risco a própria legitimidade da proposta democrática?

É através do exercício da racionalidade que o homem impõe regras a sua conduta, regulando sua relação com os demais, possibilitando a realização de um acordo de convivência pacífica onde as partes envolvidas reconheçam o limite de suas forças e a necessidade de normas para manter a ordem das relações sociais, barrando impulsos volitivos, naturais a todo ente humano, mas que, se não ordenados, podem inviabilizar o convívio e a sobrevivência em sociedade.

Tomando os Estados como indivíduos (em uma analogia com as relações humanas), procura Kant uma saída racional para a regulamentação das interações internacionais entre Estados, princípios que permitam a concretização de uma “paz perpétua” entre os povos e por conseqüência à criação de um ambiente propício para o desenvolvimento das potencialidades humanas (destacando-se a racionalidade direcionada para o conhecimento). Esse projeto só seria plausível com base na liberdade das nações que, por sua vez, pressupõem a autonomia possível dos cidadãos de cada Estado, assegurada por leis condensadas em uma constituição fundada na *liberdade e igualdade* em conformação com uma *“legislação global”*²⁷, representada pela idéia de uma *“federação de todos os estados livres”* (“A paz perpétua”, 2º seção). Segundo a ética kantiana o homem deve reconhecer-se como “cidadão do mundo”, já que sua autonomia depende da universalização de suas

²⁷ “Todos os homens que entre si podem exercer influências devem pertencer a qualquer constituição civil”. (Immanuel Kant. 1795).

ações (“a lei moral no homem”) fundamentadas na racionalidade que possui e na interação dialógica com outros entes humanos em sociedade.

O projeto kantiano (projeto este que influenciou a criação da Liga das Nações e a Organização das Nações Unidas -ONU) vem de encontro ao ideal da democracia liberal na era da globalização, pois, nessa perspectiva, só um Estado democrático²⁸ (que garanta os direitos de liberdade dos indivíduos) pode gerar cidadãos educados para um mundo cosmopolita. Por outro lado, somente indivíduos esclarecidos, autônomos e que compreendam a importância de um comportamento ético na vida em sociedade, podem garantir a realização efetiva do projeto democrático.

A prática democrática origina uma arena pública na qual, assuntos controversos podem ser resolvidos *dialogicamente* e não por formas de poder preestabelecidas. Podemos aqui fazer uma menção a Adam Przeworski que diz ser a democracia “*não mais do que uma maneira pacífica de processar conflitos e colocá-los em suspenso de tempos em tempos*”, o que se dá através de certas convenções pré-estabelecidas, “regras do jogo”. Essas “convenções” também estão implícitas no modelo de democracia que prioriza uma positiva interação dialética entre atores.

Na concepção de Giddens a democracia dialógica é parte de um processo de democratização da democracia em um ambiente de alta *reflexividade*. Essa expansão da *reflexividade social* exige dos indivíduos maior grau de autonomia (condição de sobrevivência em uma nova realidade social e cultural, solicitação imperiosa também no novo mundo do trabalho pós-fordista). Autonomia, nesse sentido, implica reciprocidade e interdependência, ou antes, reconhecimento pelo indivíduo de estar inserido em um contexto social no qual suas ações repercutem e geram reações. Essa re-interpretação do individualismo (que concilia autonomia e interdependência) almeja a promoção de solidariedade social.

Para que funcione eficazmente como instrumento de representação de interesses, sem gerar o conflito negativo, a democracia depende da promoção de autonomia e *reflexividade social*, de onde provém a cidadania reflexiva. Essas são

²⁸ “O sistema ideal de uma paz estável pode ser expresso com esta fórmula sintética: uma ordem democrática de Estados democráticos. Não tenho necessidade de acrescentar que como todas as fórmulas ideais, esta também pertence não à esfera do ser, mas à esfera do dever ser. (N.Bobbio- “O futuro da democracia”. 2000.p.13)

condições para uma nova solidariedade ampliada, em uma sociedade destradicionalizadora. Mas, a solidariedade social só se realiza efetivamente por intermédio do que Giddens denomina “confiança ativa”:

“(...) a confiança ativa é a confiança que tem de ser conquistada, em vez de vir da efetivação de posições sociais ou de papéis de gênero. Ela pressupõe autonomia em vez de posicionar-se contra ela”.(Giddens.1994, p.22)

A confiança ativa traria uma renovação da responsabilidade pessoal e social em relação aos outros, priorizando a via do diálogo na vida social.

A democracia dialógica pode ser mobilizada através de atividades de grupos de auto-ajuda; movimentos sociais; ações de aproximação do Estado para com a coletividade (como a experiência de “orçamento participativo”, por exemplo, ou a clareza na prestação de contas); associações de bairro; etc.

Situada no contexto de globalização e reflexividade social, a democracia dialógica incentiva a democratização da democracia na esfera do Estado democrático liberal.

Ordenando relações interpessoais por meio do diálogo baseado no respeito ao “outro”, respeito ao “diferente”, a democracia dialógica cria formas de intercâmbio que podem contribuir para a reconstrução da solidariedade social em um contexto de pluralidade cultural. Em oposição a qualquer tipo de fundamentalismo ²⁹ pressupõem que o diálogo em espaço público possa gerar a tolerância mútua:

“(...) fornece um modo de viver com o outro em uma relação de tolerância mútua - seja esse” outro “um indivíduo ou uma comunidade global de fiéis religiosos”.(Giddens.1994, p.133)

A democracia dialógica é uma referência para a orientação das relações intrafamiliares (pais e filhos, fraternais...), relações entre amigos, relações sexuais... Um meio para a “democratização das emoções”, parâmetro para as relações intersubjetivas em geral, mas também um caminho para pacificação dos embates entre comunidades humanas impondo limites a voracidade do mercado capitalista.

²⁹ “O que é o fundamentalismo? Argumentarei que não é nada além do que uma tradição defendida de maneira tradicional” (“Para além da esquerda e da direita”. A. Giddens, 1994, p.14).

13. A CRISE DO CAPITALISMO FINANCEIRO

O capitalismo internacionalizado, ao exacerbar seu desiderato motivador (a busca incessante por lucro, sem o freio de uma moral compromissada com a questão social) demonstra-se autodestrutivo, por aniquilar suas fontes de riqueza, com voracidade radical, sem os devidos reparos de manutenção necessários para manter o movimento positivo da rede econômica. Mas, na crise que aflora, o capitalismo também demonstra sua capacidade de metamorfosear o discurso que o sustenta e sua referente prática, passando de uma ideologia de anti-estatismo para o resgate do *keynesianismo* aplicado a uma situação emergencial, no intuito de preservar a base do sistema. Uma cisão entre Estado e economia acentuava-se em plena globalização, até o momento em que a crise atual do capitalismo anunciou uma possibilidade de ressurreição do keynesianismo. Mas, embora o mercado agora recorra ao Estado para se recuperar da queda, o movimento veloz do capital ainda escapa ao controle estatal. Sem a possibilidade do controle político, as crises tornam-se ameaça constante. O capitalismo internacional “vive na corda bamba”.

(...) a especulação desenfreada em escala mundial, da qual participam bancos, empresas, fundos de pensão, investidores individuais e a capacidade de instantâneas transferências de recursos de uma praça financeira a outra, tornam a crise uma possibilidade permanente.
 (“O enfraquecimento do Estado-Nação na Globalização” - Jeferson Mandracio Fagundes-2005, p.02).

A contemporânea crise do capitalismo, deflagrada pela chamada “bolha imobiliária” norte-americana, traz a possibilidade de uma revisão estratégica sobre a forma como o capitalismo deveria ser conduzido no mundo.

O neoliberalismo possibilitou as aventuras especulativas que ocasionaram a crise e o Estado americano percebeu isso tarde demais. A extravagância do neoliberalismo estadunidense (conduzido no âmbito político pelo conservadorismo do Partido Republicano, pouco afeito às solicitações social-democratas) cria um espelho para uma possível autocrítica das democracias liberais do ocidente.

Agora o Estado retoma um papel central nesse enredo, e demonstra seu caráter de ferramenta de classe ao servir de socorro imediato ao sistema financeiro em colapso.

Valores, que sobrepujam investimentos no setor público, foram destinados ao socorro de bancos falidos não apenas nos EUA (berço da crise), mas também na União Européia. Gigantes empresas multinacionais, antes críticas ferrenhas do controle estatal, hoje também recorrem ao Estado, para não sucumbirem no descompasso da crise.

A iminência de um cenário *multipolarizado* entre grandes nações capitalistas (incluindo a China e seu capitalismo exótico) é anunciada pela crise financeira que assola o EUA.

De nação hegemônica deflagradora do modelo capitalista aos moldes da democracia liberal, o Estados Unidos da América enfrenta agora um declínio gradual, que pode ser superado (contra toda expectativa de alguns intelectuais marxistas, que vislumbram na crise a profecia de Karl Marx, uma possível derrocada do capitalismo) para prolongar mais um tempo o poder norte-americano por intermédio de um provisório intervencionismo estatal até uma nova crise, se mudanças mais drásticas não forem realizadas para alterar o modelo capitalista, o que é muito difícil de ocorrer, porém, não impossível...

Podemos imaginar que uma mudança muito radical seria muito improvável, visto que as ideologias que moviam a esquerda estão há muito adormecidas, o que podemos supor é o revigorar de uma social-democracia, com um momentâneo fortalecimento do Estado auxiliando a elite econômica, até que o equilíbrio do mercado seja recuperado e então o liberalismo econômico ressurgirá renovado ou, na melhor das hipóteses, mais afeito às exigências da democracia .

CONCLUSÃO

Com a queda do muro de Berlim em 1989 e a derrocada dos regimes totalitários fundamentados no socialismo (que tinham como centro de referência à ex-URSS), o modo de produção capitalista (agora sem as amarras da guerra fria) espalhou-se pelo mundo e com ele o modelo liberal de democracia.

A China ainda mantém um regime totalitário com um modelo leninista de dominação política, mas de considerável relevância no novo cenário mundial, como economia em ascensão e potência bélica em pleno desenvolvimento tecnológico. Porém, trata-se de um caso a parte, pois, embora ainda se autodenomine comunista, o capitalismo se desenvolve entre suas fronteiras, um capitalismo sem liberalismo político e sem democracia.

A internacionalização do mercado capitalista gerou uma maior interdependência entre nações, influenciando assim a política no âmbito nacional. Os Estados passam a obedecer a uma pauta comum, seguindo os interesses do mercado, a economia orienta a política de acordo com as diretrizes da ideologia neoliberal. Não se nega totalmente a possibilidade de intervenção estatal na economia, desde que no intuito exclusivo de provisoriamente socorrer o sistema financeiro e sanar crises no sistema internacional, garantindo a manutenção do jogo.

A democracia liberal espalhada mundialmente em companhia do capitalismo trouxe melhores perspectivas para populações antes oprimidas pelo controle violento de estados totalitários, mas, ainda esconde a marginalização de muitos (que não conseguem ascender no sistema) e a desigualdade que permanece entre nações, quando não entre indivíduos de um mesmo país.

Ameaça alimentada pela própria práxis do sistema capitalista, a crise financeira contemporânea demonstra os erros do capitalismo que ao enfatizar o lucro em detrimento da manutenção de sua base social pode gerar o colapso econômico e conseqüente prejuízo humano, levando à ruína nações que seguem a cartilha neoliberal. Revisões nas diretrizes que orientam o mercado e os Estados atrelados a essa rede econômica, se fazem urgentes.

Garantindo, ao menos teoricamente, a liberdade individual (em suas variadas formas), a democracia liberal pode ser aperfeiçoada visando um estágio ideal de maior justiça social e maior harmonia nas interações sociais, podendo assim transformar o próprio modo de produção ao qual serve. A proposta de uma democracia dialógica parece um positivo avanço nesse sentido. Se combinada a um novo movimento de idéias direcionado para a difusão do conhecimento humano e propagação de uma nova Ética para o mundo globalizado, a democracia que prioriza o diálogo pode gerar um processo de transformação positiva das sociedades humanas e a realização efetiva do ideal democrático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arruda, José Jobson. **A Nova História Moderna e Contemporânea**. Editora EDUSC, 2000.

Baquero, Marcel; Cremonese, Dejalma. **Capital Social-Teoria e Prática**. Ijuí: Editora da Unijuí, 2008.

Bauman, Zygmunt. **Globalização. As conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora Ltda, 1999.

_____. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora Ltda. 2000

Bauman, Renato (organizador). **O Brasil e a Economia Global**. Editora Campus Ltda, 1996

Bobbio, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. 3º ed, Editora Brasiliense 1990.

_____. **O futuro da democracia**. 9ªed, tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

Castells , Manuel .- **A era da informação: Economia, Sociedade e cultura**.
Volume 1: A sociedade em rede.8º ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.
Volume 2: O poder da identidade.3ºed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.
Volume 3: Fim de Milênio. 3ºed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

Constant, Benjamin. **Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos**. Texto/ arquivo, publicado na revista de Filosofia Política, volume 2, da UFRGS. Editora L&PM, 1985.

Fagundes Jeferson, Mandracio. **O enfraquecimento do Estado-Nação na Globalização: Uma análise dos componentes econômicos e suas implicações políticas**. Monografia de Especialização em Pensamento Político Brasileiro. UFSM. 2005

Fernandes, Florestan. **“A revolução burguesa no Brasil – ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

.

Fukuyama, Francis. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro, Editora Rocco, 1992.

Giddens, Anthony. **A terceira via**. Editora UNESP, 1999.

_____. **Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós.** Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2007.

_____. **Para além da esquerda e da direita: O futuro da política radical.** Tradução de Álvaro Hattner. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

Moraes, Reginaldo. **Neoliberalismo: De onde vem, para onde vai?** Editora SENAC, São Paulo, 2001.

Przeworski, Adam. **Democracia e Mercado: No leste Europeu e na América Latina.** Editora Relume Dumará, 1994.

_____. **Capitalismo e social democracia.** Tradução Laura Teixeira Motta. Editora Companhia das Letras, 1989.

Sahlins, Marshall. **Cultura Na Prática.** Rio de Janeiro Editora: UFRJ, 2004.

Santos, Boaventura de Sousa. **Reinventar a Democracia (Entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo).** 2ª ed. Lisboa: Gradiva.2002.

Santos, Milton. **Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universa.** 2ºed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

Schumpeter, Joseph A. **Capitalismo Socialismo e Democracia.** Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1961.

Zolo, Danilo. **Democracia e complejidad: un enfoque realista.** Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1994.